



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA  
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 17 DE TAGUATINGA**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA  
Centro de Ensino Fundamental 17 de Taguatinga  
Governo de Gestão Democrática**

**(2020-2021)**

**TAGUATINGA – DF**

**2020**

**ANDRÉIA FERREIRA ALVES**

Presidente

**MARLON DE NOVAIS**

Vice - Presidente

**MÔNICA LIMA**

Relatora - secretária

Comissão Organizadora:

<b>Nome</b>	<b>Representante</b>
<b>ANDRÉIA FERREIRA ALVES</b>	Diretora
<b>MARLON NOVAIS</b>	Vice - Diretor
<b>JULIANO ANDRÉ SOARES DE SOUZA</b>	Chefe de secretaria
<b>EDNA COUTO DOS SANTOS</b>	Administrativo
<b>ROBSON MARCELO DE O. SANTANA</b>	Coordenador
<b>IDEVIRGENS NERES RODRIGUES</b>	Coordenador
<b>SARAH AMARANTES</b>	Coordenador

Conselho escolar:

<b>Nome</b>	<b>Função</b>
<b>ANDRÉIA FERREIRA ALVES</b>	Membro nato
<b>Eliete das Graças F. da Silva</b>	Presidente
<b>LAESSE Guimarães G. Guerra</b>	Vice - Presidente
<b>Maria Valdivina P. Fontinelle</b>	Secretária
<b>Grazielle Silva Santos</b>	Membro
<b>Iara Célia Lourenço</b>	Membro
<b>Izabel P. Gonçalves</b>	Membro

*“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção (...) É preciso que, pelo contrário, desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado (...) Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (Paulo Freire)*

# SUMÁRIO

1-	Perfil institucional.....	07
2-	Missão.....	08
3-	Historicidade.....	09
4-	Diagnóstico de realidade escolar.....	10
	5.1 Dados de alunos em defasagem idade-série.....	12
	5.2 Índices IDEB.....	13
	5.2.2 Comparativo índices do IDEB.....	13
5-	Função social.....	15
6-	Princípios orientadores das práticas pedagógicas.....	16
7-	Objetivos institucionais e metas.....	17
	8.1 Objetivo geral.....	17
	8.2 Objetivo específico.....	17
8-	Gestão.....	18
	9.1 Gestão pedagógica.....	18
	9.2 Gestão financeira.....	19
	9.3 Gestão administrativa.....	19
10 -	Concepções teóricas.....	19
11-	Organização do trabalho pedagógico na escola.....	22
	11.1 Organização dos tempo e espaços.....	22
	11.2 Relação escola-comunidade.....	24
	11.3 Atuação das equipes especializadas e outros profissionais.....	26
	11.4 Atuação dos educadores sociais voluntários.....	27
	11.5 Centro de Iniciação Desportiva.....	28
12-	Estratégias de avaliação.....	28
	12.1 Conselho de classe.....	31
	12.1.1 Atribuições do Conselho de classe.....	32
13-	Organização curricular.....	32
	13.1 Ensino.....	35
	13.2 Aprendizagem.....	35
	13.3 Interdisciplinaridade.....	36
	13.4 Trabalho com projetos.....	36
	13.5 Relação teórico-prática.....	36
14-	Plano de ação para implementação da proposta pedagógica.....	39
	14.1 Gestão pedagógica.....	39
	14.2 Gestão dos resultados educacionais.....	40
	14.3 Gestão participativa.....	41
	14.4 Gestão de pessoas.....	43
	14.5 Gestão financeira.....	45
	14.6 Gestão administrativa.....	46
15-	Acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica.....	50
16-	Projetos específicos.....	50
	16.1 Chá Literário.....	54
	16.2 Projeto representante de turma.....	56
	16.3 Projeto celebração da consciência negra.....	58
	16.4 Gincana cultural e festa caipira.....	61
	16.5 Monitoria.....	63
	16.6 Cartografia.....	63
17-	Apêndice I.....	64
18-	Apêndice II.....	72
19-	Referências.....	78

## **1. APRESENTAÇÃO**

A Proposta Pedagógica do CEF 17 de Taguatinga reúne propostas de ações concretas elaboradas pela Comunidade Escolar, por meio de assembleias, reuniões, questionários e enquetes, com vistas à implementação/execução durante a Gestão que tomou posse para para o biênio 2020-2022.

O nosso modelo de gestão escolar participativa é entendido como uma forma regular e significativa de envolvimento de professores e demais funcionários, pais e estudantes que juntos com a direção no seu processo decisório implementam medidas para melhoria do espaço escolar Assim contamos com a participação efetiva da comunidade escolar e do Conselho Escolar, na elaboração e decisão de ações prioritárias a serem cumpridas em relação às aplicações das verbas distritais e federais recebidas pela unidade escolar.

Considerando a Unidade Escolar (U.E) como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando e corrigindo rumos, na medida das possibilidades e necessidades, buscamos redefinir e reorganizar nesta Proposta Pedagógica, em conjunto com a comunidade escolar, as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

*“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem no entorno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco do destino da escola na mão também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir este país democraticamente [...].”*

*Paulo Freire*

As propostas apresentadas neste documento são resultantes de:

- “Escutas” realizadas através de formulários com todos os segmentos da escola (estudantes, professores, coordenadores, servidores da copa, cozinha e conservação, equipe gestora, etc);
- Reflexões ocorridas e amadurecidas nas coordenações pedagógicas da escola, nas reuniões com os pais/responsáveis, estudantes e principalmente, reflexões embasadas no resultado das avaliações do trabalho pedagógico e da avaliação institucional realizada desde 2012 até o presente momento, atualizada na Semana Pedagógica de 2020.

Certos de que a educação global do indivíduo só será possível mediante a conscientização e a participação ativa de todos os segmentos da sociedade, este instrumento sempre será objeto de análise, discussão, avaliação e modificação no sentido de atingir o objetivo maior da escola – estudantes críticos, participativos e modificadores da sociedade.

## 2. PERFIL INSTITUCIONAL

Nome da Instituição Educacional: **Centro de Ensino Fundamental 17 de Taguatinga**  
Endereço: **EQNM 38/40 – Área Especial N° 02 - Setor M Norte - Taguatinga, Brasília - DF**  
CEP: **72.145-520**  
Telefone/e-mail: **(61) 3901-7670/ [cef17tag@gmail.com](mailto:cef17tag@gmail.com)**  
Localização: **Zona urbana - Setor M Norte**  
Divisão, Delegacia ou Subdivisão de Ensino: **CRE – Taguatinga**  
Data de criação da Instituição Educacional: **Abril de 1978 como EC 44, transformada em CEF 17 em 1996.**  
Turnos de funcionamento: **Matutino / Vespertino**  
Nível de Ensino ofertado: **Ensino Fundamental II**  
Etapas, fases e modalidades de ensino/programa e projetos especiais da Educação Básica: **Ensino Fundamental – Bimestralidade**

Antes da inauguração, o CEF 17, contava apenas com três blocos, totalizando 15 salas de aula e mais um bloco com a parte administrativa. Os muros eram muito baixos. Essa estrutura vem passando por transformações. Os muros foram ampliados, foi construído um estacionamento para conforto e comodidade dos funcionários da escola, além disso, com a verba determinada pelo Orçamento Participativo de 1995, construiu-se no primeiro semestre de 1997 um novo bloco composto com mais 4 (quatro) salas de aula, perfazendo assim um total de 19 salas, que é o número de salas que contamos até a presente data. A escola ainda precisa que seja construído auditório e que as obras da quadra poliesportiva sejam concluídas.

- **O ambiente escolar consta de:**

- \* Sala da direção;
- \* Secretaria e arquivo anexo;
- \* Banheiros (masc. e fem.) para o corpo docente e administrativo;
- \* Sala de coordenação pedagógica;
- \* Sala da Supervisão Pedagógica;
- \* Sala da Supervisão Administrativa;
- \* Uma biblioteca;
- \* Sala dos professores, ampla e arejada;

- \* Sala de recursos;
- \* Sala de orientação pedagógica;
- \* Um estacionamento privativo para os funcionários;
- \* 19 salas em projeto de ambiência;
- \* 01 Sala para depósito de materiais de expediente
- \* Banheiros masculinos e femininos para os alunos, com vários Box;
- \* Laboratório de informática com 25 computadores;
- \* Banheiros na quadra (dois);
- \* Sala de Recursos;
- \* Guarita
- \* Cantina;
- \* Mecanografia;
- \* Uma sala para os auxiliares em educação;

- **Ambiente cultural, esporte e lazer:**

- \* Pátio coberto;
- \* Quadra poliesportiva;
- \* Dois jardins com bancos e árvores.

Em 2020, a Unidade Escolar atende cerca de 900 alunos na Educação Básica.

Matutino: 15 turmas sendo 8 turmas com 6º ano e sete turmas de 7º ano.

Vespertino : 08 turmas de 8º ano e 07 turmas do 9º ano

Total geral : 30 Turmas.

Dessa forma, baseados em nossa realidade e diversidade, assumimos o compromisso de garantir a aprendizagem, desenvolvendo nos estudantes, habilidades necessárias para a vida em sociedade.

### **3. Missão**

Fundados na missão da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal de “proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e



política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes”. (PPP Carlos Mota, p. 25), o Centro de Ensino Fundamental 17 de Taguatinga estabeleceu como missão, ***educar para o despertar do senso crítico, buscando formar cidadãos livres, conscientes, solidários, autônomos e capazes de transpor os mais diversos obstáculos que a vida lhes apresentar; contribuindo, assim, para a solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social.***

#### 4. Historicidade

A escola foi inaugurada como Escola Classe 44 de Taguatinga, em 18 de abril de 1978 localizando-se à EQNM 38/40 área especial. No ano de 1996 passou a ser Centro de Ensino Fundamental por meio da resolução nº 5349 da Secretaria de Educação, publicada no Diário Oficial de 23 de fevereiro de 1996. Essa transformação foi fruto de reivindicação da comunidade do Setor “M” Norte que há muito tempo exigia das autoridades competentes um Centro de Ensino Fundamental para a região.

Hoje a escola é denominada Centro de Ensino Fundamental 17 de Taguatinga. Situada no Setor “M” Norte, desta Região Administrativa. Esse setor está dividido em duas áreas distintas: uma formada pelo setor mais antigo, denominado de tradicional e iniciado nos anos setenta, com a distribuição de residências pela antiga SHIS; e a outra formada pela expansão do setor iniciada na década de noventa, como o projeto de assentamento de invasões, conhecida como “M” Norte Nova.

No ano de 1996, a direção da escola elaborou um projeto em parceria com os pais para reformar a cantina e os banheiros dos alunos. Com o sucesso da primeira obra, em 1997, novamente a comunidade e a direção se uniram para construir, em parceria com órgãos do governo, uma quadra poliesportiva e recentemente, em 2007 mais precisamente, foi construída mais uma quadra e foi montado o laboratório de informática. Em 2008, os banheiros dos professores e as instalações hidráulicas também passaram por reformas, além da mudança do portão de acesso da entrada dos alunos que foi também modificado e reformado, visando melhoria quanto ao acesso dos alunos, tendo em vista a legislação vigente relativa à acessibilidade.

Atualmente, esta unidade escolar, que muitos serviços prestou à comunidade desta cidade, continua a sua luta de forma intensa pelos interesses da comunidade escolar,

que, consciente de seu papel perante a sociedade, questiona e luta pelos seus ideais, busca por re invenções e inovações de conceitos educacionais, sociais e políticos, dentro de uma sociedade transformadora.

O presente documento vem atender a uma exigência da proposta educacional para possibilitar à comunidade escolar uma amostragem dos valores e ações desta escola.

Várias mudanças, pedagógicas, administrativas e estruturais foram observadas na escola ao longo de sua existência. No aspecto administrativo, desde 2012, procurou-se adequar os recursos recebidos, provenientes das verbas governamentais, às necessidades institucionais mais urgentes. Nesse período foram adquiridos materiais e equipamentos diversos para o suporte pedagógico aos estudantes e foram realizadas reformas específicas na estrutura física, sempre com o referendo e a fiscalização do Conselho Escolar.

Na parte pedagógica, as coordenações pedagógicas constituíram-se em enorme ganho, consolidando-se como espaço de promoção da formação continuada dos professores por meio de cursos, debates, palestras e discussões sobre o “Currículo em Movimento” e sobre os princípios orientadores para o Ensino Fundamental, além do planejamento e da organização de trabalhos e projetos interdisciplinares.

Os projetos foram organizados de modo a contemplar o trabalho coletivo interdisciplinar, que tem sido evidenciado também nas atividades pedagógicas cotidianas e, especificamente, na avaliação, onde o espaço da coordenação é efetivamente utilizado para a reflexão e para a proposição de ações que elevem a qualidade do ensino.

## **5. Diagnóstico da realidade escolar**

O Centro de Ensino Fundamental 17 inicialmente apresentava uma particularidade, devido à localização, era usado como um trampolim para se conseguir uma lotação definitiva em Taguatinga. recebe professores vindos de outras Regionais de Ensino, via “Concurso de Remanejamento”, objetivando trabalhar mais próximo de casa, contudo, como a maioria não morava no setor, a tendência era irem para as escolas de melhor localização, via remanejamento interno. Assim, a grande rotatividade de professores não permitia a continuidade do trabalho pedagógico. Essa característica causava transtorno ao pedagógico da escola, visto que as discussões não eram cumulativas, o

amadurecimento de algumas questões não resultava em avanços e muitas vezes não havia consenso entre os professores. Era um eterno recomeço.

Hoje visualizamos um quadro bastante diferente, principalmente no turno matutino. Temos muitos colegas com mais de dez anos de casa, o que facilita o amadurecimento das ideias e as transformações. Hoje é nítida a dedicação e a responsabilidade desses professores para com a escola e para com o trabalho pedagógico.

Conforme quantitativo de estudantes matriculados, o CEF-17 não possui direito a dois supervisores, portanto a opção foi pelo supervisor administrativo, Edna Couto dos Santo. Foram eleitos três coordenadores pedagógicos Robson Marcelo de Oliveira Santana, Sarah Amarantes e Idevirgens Neres Rodrigues e a diretora acompanha o pedagógico.

No tocante a clientela de estudantes, a maioria mora na comunidade mesmo, contudo, o que ainda não se conseguiu modificar é a condição social dos mesmos. (Conforme pesquisa realizada em 2012 com 73% dos alunos.)

A Renda Média da comunidade gira em torno de dois a cinco salários mínimos (Segundo enquetes realizadas em 2018), o que justifica o baixo nível socioeconômico da maior parte da comunidade. As dificuldades sociais são vividas com maior impacto nas famílias mais carentes e percebemos como o reflexo a desestabilização do núcleo familiar, provocando interferências na formação social do grupo e até mesmo interferindo na rotina da escola. Segundo a essa mesma pesquisa e escutas realizadas pela orientação educacional muitos de nossos alunos são filhos de pais separados, muitos desses casais separados constituem novas famílias que não são aceitas pelos alunos; outros vivem em orfanatos; outros em abrigos, pois os pais perderam a guarda ou não tem condições de criá-los; e outros ainda sofrem pelo não reconhecimento paterno.

A maior parte das famílias atende às crianças apenas em suas necessidades básicas, transferindo para a escola a responsabilidade da formação humana da criança e do adolescente em todos os seus aspectos. Diante desse quadro temos a possibilidade de delinear os aspectos sócio-afetivos de nossa comunidade escolar.

Porém, no ano de 2007, sofremos com o aumento alarmante da violência e do uso de drogas dentro da escola. O caos chegou ao ponto de nossa escola ser incluída na listagem de escola em zona de risco, por essa razão contamos com o policiamento ostensivo permanente por um longo período e conseqüente terceirização da vigilância. Além desse quadro, experimentamos uma estatística muito pior que foi a evasão escolar

e a resistência da comunidade em matricular os filhos em uma escola considerada violenta. Dessa forma houve uma redução considerável do número de estudantes e do número de turma no ano seguinte.

A escola clamava por uma revitalização na estrutura física para torná-la um ambiente mais agradável e atrativo, visto que havia muita sujeira e aspecto de abandono. As paredes estavam bastante pichadas, os banheiros dos professores sem condições de uso e todos (funcionários, professores e alunos) estavam muito desmotivados.

Assim em 2008, com a implantação da Gestão Compartilhada, eleição para diretores e descentralização da verba, foi possível uma profunda mudança na estrutura física da escola, além disso, foi possível transformar a filosofia educacional e resgatar a identidade da escola fazendo com que todos se tornassem motivados. Além disso, recebemos uma orientadora educacional, que assumiu um trabalho brilhante, envolvendo os alunos, os professores e os pais de alunos. Dessa forma foi possível resgatar alguns projetos adormecidos e implementar outros. O que trouxe mais vida para escola.

Hoje temos a preocupação em analisar alguns pontos considerados fundamentais no que se refere à permanência e ao desempenho: como o número de estudantes matriculados, desistentes e transferidos; número de alunos aprovados e reprovados; número de alunos participantes de recuperação processual e número de participantes na recuperação final; dados de desempenho nos diversos instrumentos elaborados e aplicados na escola; bem como os dados de desempenho dos alunos, considerando os resultados do, IDEB, OBMEP<sup>1</sup> e Olimpíadas de Português.

### 5.1 Dados de alunos em defasagem idade-série

	2017	2018	2019
6ºANO	26,38	23,41%	19,8
7º ANO	25,62	22,27%	26,8
8º ANO	25,62	26,17%	23,1
9º ANO	25,62	26,19%	21,8

<sup>1</sup>OBMEP: Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

TOTAL	24,11	24,41%	22,9
-------	-------	--------	------

## 5.2 ÍNDICES IDEB...

As tabelas abaixo são demonstram os dados de aprovação e reprovação da escola No ano de 2018.

<b>TOTAL</b>	
<b>APROVADOS</b>	
<b>750</b>	<b>97,02%</b>
<b>RETIDOS</b>	
<b>23</b>	<b>2,98%</b>
<b>773</b>	<b>100,00%</b>

<b>CEF 17 TAGUATINGA - EM 03-01-2018</b>				
<b>QUANTATIVO DE</b>			<b>TOTAL</b>	
<b>APROVADOS</b>	<b>717</b>	<b>92,76%</b>	<b>APROVADOS</b>	
<b>AP. CONSELHO</b>	<b>9</b>	<b>1,16%</b>	<b>750</b>	<b>97,02%</b>
<b>AP. DEPENDÊNCIA</b>	<b>24</b>	<b>3,10%</b>		
<b>RECUPERAÇÃO</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>RETIDOS</b>	
<b>REP. FALTA</b>	<b>9</b>	<b>1,16%</b>	<b>23</b>	<b>2,98%</b>
<b>REPROVADOS</b>	<b>14</b>	<b>1,81%</b>		
<b>TOATAL DE ALUNOS</b>	<b>773</b>	<b>100,00%</b>	<b>773</b>	<b>100,00%</b>

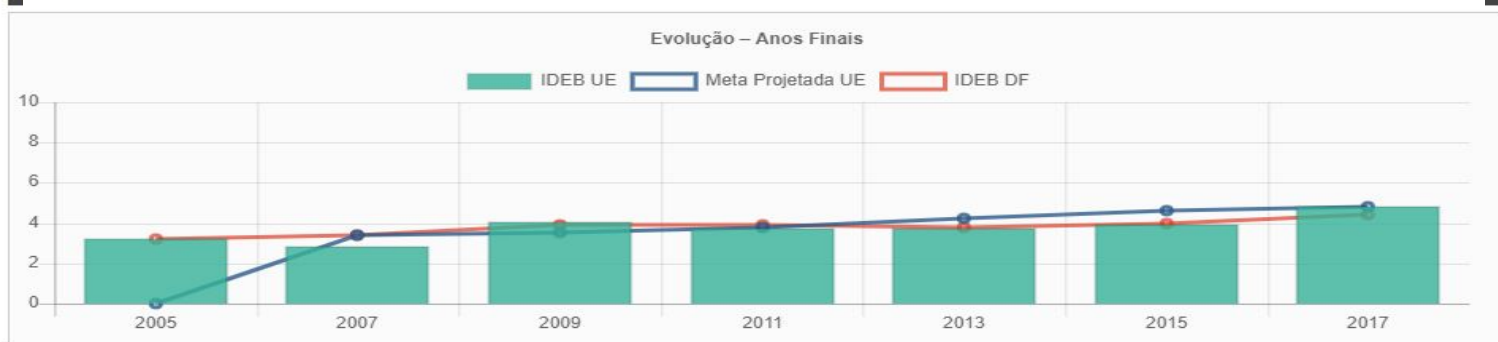
### 5.2.1. COMPARATIVO ÍNDICES DO IDEB

FONTE DE PESQUISA: SITE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

## Histórico

Ano	IDEB DF	Meta Projetada UE	IDEB UE	Varição IDEB UE*
2005	3,2	-	3,3	
2007	3,4	3,4	2,9	▼ -0,4
2009	3,9	3,5	4,1	▲ +1,2
2011	3,9	3,8	3,8	▼ -0,3
2013	3,8	4,2	3,8	=
2015	4,0	4,6	4	▲ +0,2
2017	4,4	4,8	4,9	▲ +0,9

\*VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR.



FONTE DE PESQUISA: SITE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

De posse desse levantamento, traçamos em conjunto as ações e metas a serem trabalhadas e os pontos a serem trabalhados com maior efetividade. Isso porque, partindo dessa análise, há a possibilidade de detectar os componentes curriculares que apresentam maiores dificuldades, as competências que os alunos ainda não obtiveram êxito e as séries que apresentam maiores necessidades de intervenções. Dessa forma, esses pontos fundamentais passam a ser diretrizes da atuação da coordenação e dos professores na busca pelo sucesso no processo de ensino-aprendizagem a fim de garantir formação de cidadãos críticos e autônomos, politicamente participativos, responsáveis, criativos e capazes de construir suas próprias leituras de mundo através do conhecimento.

## 6. Função Social

Alinhados aos fundamentos da Psicologia Histórico-cultural de *Vygostky* e da Pedagogia Histórico-crítica, infere-se que o homem é compreendido como um ser que aprende e se constrói em interação com o meio social e natural que o cerca. Sendo assim, a escola e todos os seus atores são convocados a, juntos, pensar e fazer educação por meio da imersão constante na vida diária e seus acontecimentos, considerando a não neutralidade que caracteriza nossa atuação nas diferentes situações que envolvem a existência humana. Percebe-se, dessa forma, que o mundo passa por constantes mudanças sociais, econômicas, culturais, religiosas, filosóficas, que requerem outras formas de viver, de trabalhar, provocando os educadores à adoção de uma nova postura ante si mesmos, os outros e o mundo.

Nessa linha, o documento “Currículo em Movimento”, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal aponta que:

“A educação é uma prática social, que une os homens entre si em torno do direito de aprender e da conquista da cidadania. A escola, instituição formal de educação, muitas vezes o equipamento público mais próximo da comunidade, é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções. Essa instituição se vê como educadora, mas também como “protetora” e isso tem provocado debates acerca não só de sua especificidade, mas também dos novos atores sociais que buscam apoiá-la no exercício dessas novas funções e dos movimentos e organizações que igualmente buscam a companhia dessa instituição escolar para constituí-la e, talvez, ressignificá-la.” (Currículo em Movimento, Caderno 1, SEE/DF, 2014a, p. 10).

Buscando uma constante renovação de sua prática educativa para além das aprendizagens de conteúdos formais, reconhecendo diferentes espaços, etapas, tempos e ferramentas educativas o CEF 17 propõe oferecer o conhecimento, propiciando uma aprendizagem mais efetiva, com maior sucesso escolar e com melhores índices; e o crescimento integral do educando, desenvolvendo o senso crítico, a cidadania, a ética e a autonomia intelectual em um espaço organizado, contextualizado e dinâmico, alinhada à concepção de escola pública de qualidade social.

## **7. Princípios orientadores das práticas pedagógicas**

Os princípios orientadores das práticas pedagógicas desenvolvidos no CEF 17 de Taguatinga se sintoniza com as diretrizes curriculares para o ensino fundamental, no que se diz ao desenvolvimento às atividades voltadas a significância e aos significados das aprendizagens que norteiam o currículo. A Proposta Pedagógica tem como base filosófica a formação do homem como ser politicamente participativo, responsável, criativo e capaz de modificar a sociedade através do conhecimento e conscientização. Fundamenta-se nas políticas educacionais e está de acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN,) Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Resolução nº 1/2018 - Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), Currículo em Movimento do Distrito Federal, Orientação Pedagógica do PPP e da /Coord. Pedagógica e Diretrizes e Orientações Pedagógicas da SEEDF.

Neste processo buscou-se manter as concepções teóricas e os princípios pedagógicos da do Currículo em Movimento: formação para Educação Integral; Avaliação Formativa; Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico-Cultural; Currículo Integrado; Eixos Integradores (para os Anos Finais: Ludicidade e Letramentos) e Eixos Transversais (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade).

A aprendizagem, sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, só se torna viável quando a proposta pedagógica que contempla a organização escolar considera as práticas e interesses sociais da comunidade local. Nessa perspectiva, as aprendizagens se constituem a partir de movimentos dialéticos entre os indivíduos e as diversas realidades sociais (SAVIANI, 2003). A partir do momento em que a escola reflete sobre sua prática e sua função social, coloca-se como instituição que se dispõe a contribuir para a emancipação do ser humano, propiciando oportunidades de desenvolvimento do estudante, garantindo seu acesso, sua permanência e sua progressão escolar. (Diretrizes Pedagógicas)



## **8. Objetivos institucionais e metas**

### **8.1 Objetivo Geral**

Melhorar o processo de ensino-aprendizagem e qualidade dos serviços operacionalizados, viabilizando a inclusão educacional e social dos alunos, considerando e respeitando suas diversidades, a fim de formar cidadãos ativos, críticos e participativos, bem como favorecer a melhoria da qualidade de vida desses e fomentar as famílias a exercerem adequadamente o seu papel.

### **8.2 Objetivos específicos**

Os objetivos de aprendizagem do Ensino Fundamental apresentados nas normativas pedagógicas da SEEDF, pautadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (2013) que visam a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

1. possibilitar as aprendizagens, a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão considerando os Eixos Transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade;
2. promover as aprendizagens mediadas pelo pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e a formação de atitudes e valores, permitindo vivências de diversos letramentos;
3. oportunizar a compreensão do ambiente natural e social, dos processos histórico-geográficos, da diversidade étnico-cultural, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura, dos direitos humanos e de princípios em que se fundamenta a sociedade brasileira, latino-americana e mundial;
4. fortalecer vínculos da escola com a família, no sentido de proporcionar diálogos éticos e a corresponsabilização de papéis distintos, com vistas à garantia de acesso, permanência e formação integral dos estudantes;
5. compreender o estudante como sujeito central do processo de ensino, capaz de atitudes éticas, críticas e reflexivas, comprometido com suas aprendizagens, na perspectiva do protagonismo estudantil.

Partindo dessas proposições a escola trabalha com os seguintes metas:

## **9. Gestão pedagógica**

- Zelar pela permanência com sucesso escolar dos alunos;
- Melhorar o desempenho dos alunos quanto à aprendizagem;
- Estimular o educando a se perceber como um ser integrante, dependente e agente transformador do ambiente em que convive;
- Incentivar o conhecimento e a valorização da pluralidade cultural brasileira, promovendo o respeito às diferenças culturais de classe social, de crença, de sexo, de etnia ou outras características individuais;
- Promover a melhoria e a preservação das instalações físicas da escola;
- Considerar decisões que forem discutidas nas reuniões sobre maneiras de exemplificar para os alunos o sentido que alguns conteúdos escolares podem assumir na vida;
- Aumentar o índice de aprovação e diminuir o índice de evasão escolar;
- Promover a inclusão dos estudantes com necessidades especiais atentando para as adaptações escolares necessárias às exigências de cada caso;
- Desenvolver, de forma lúdica e interdisciplinar, conteúdos das diversas áreas do conhecimento;
- Criar oportunidades para que o estudante reflita sobre sua participação na comunidade em que se insere;
- Promover palestras e momentos culturais, a fim de que o estudante compreenda sua importância na comunidade escolar e na sociedade;
- Propiciar, por meio da leitura, um melhor desenvolvimento de competências e habilidades específicas, como a expressão oral e escrita;
- Desenvolver atividades que possibilitem uma participação mais efetiva da família e da comunidade na escola;
- Dotar o educando do instrumental necessário para o estudo das ciências, desenvolvendo iniciativa e segurança para aplicá-las em diferentes contextos;
- Desenvolver processos de aquisição de valores e de atitudes que venham propiciar, no educando, a percepção estética, harmoniosa e criativa, bem como a formação de uma visão ampla e científica da realidade.

- Promover a orientação vocacional do aluno, por meio de parcerias com instituições de ensino superior;
- Promover o acesso aos recursos tecnológicos disponíveis para uso em educação, por meio da utilização consciente do Laboratório de Informática;
- Estimular a socialização do jovem e qualificá-lo por meio da inclusão digital;
- Estimular a criatividade, o respeito, a solidariedade e a valorização da Arte por meio da exposição de trabalhos produzidos pelos alunos no espaço denominado: “Galeria “Cândido Portinari;
- Oportunizar a construção de conceitos e ações participativas, coletivas e solidárias vinculadas à Educação Ambiental, à sustentabilidade alimentar e à cidadania;
- Promover uma mudança de postura e de percepção de responsabilidade em relação à gestão responsável dos diversos espaços/ambientes em que vivemos;
- Estimular o desenvolvimento da criatividade e a formação do pensamento crítico, por meio da participação dos alunos nos processos de planejamento, realização e avaliação das atividades;
- Implementar um sistema contínuo de acompanhamento e avaliação dos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- Desenvolver valores necessários à convivência, com foco nas atividades em grupo e na difusão do diálogo, do respeito, da tolerância, e da solidariedade.

### **9.1 Gestão financeira**

- Assegurar à organização uma estrutura financeira equilibrada e que não coloque a UE em risco.
- Assegurar a rentabilidade das verbas.
- Analisar, planejar e destinar o uso das verbas em conjunto com os demais segmentos da UE.

### **9.2 Gestão administrativa**

- Gerenciar os recursos financeiros em conjunto com a comunidade escolar;
- Buscar parceiros que contribuam com o desenvolvimento da escola;
- Manutenção e melhoria da estrutura física da escola

## 10. Concepções teóricas fundamentadoras das práticas pedagógicas

As transformações sociais, políticas e econômicas que vêm ocorrendo, requerem a formação do cidadão para conviver no mundo moderno. Os sistemas educacionais sofrem reflexos da reestruturação da sociedade no Brasil, a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, veio semear a nova concepção de educação para futuras gerações.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

SEEDF/CREC/CED 07 28

VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - Garantia de padrão de qualidade;

X - Valorização da experiência extra-escolar;

XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

(LDB 9394/96)

A Educação básica tem como princípio fundamental a igualdade, o respeito à diversidade humana, a formação em cidadania, o letramento científico, matemático, social e da língua materna, a integração família-escola, com o ambiente escolar sendo um local de construção de saberes e valores que contemplem a aprendizagem significativa e a promoção do indivíduo em habilidades e competências múltiplas para uma interpretação de mundo, e que o aluno seja o sujeito da aprendizagem com conhecimento em saúde,

tecnologia, meio ambiente, formação da sociedade e respeito às minorias. Acreditamos que a escola é um lugar para as transformações sociais e individuais, por este motivo é que trabalhamos com amor e sensibilidade diante das dificuldades apresentadas em nosso dia a dia, pois entendemos que o aluno não pode ser penalizado pela falta de condições sócio econômicas que seus familiares enfrentam, nem tampouco com desânimo do corpo docente, envolvendo-o no processo de construção de conhecimento, além de proporcionar a diversificação e a apropriação dos conteúdos, para isso é fundamental construir práticas pedagógicas que respeitem as diferenças, considerando essas diferenças como elementos ricos de trabalho a fim de que o educando possa conscientizar-se de sua responsabilidade no processo de construção do conhecimento. Queremos uma escola que invista no sucesso dos alunos e ofereça um ensino de qualidade conforme orientações da Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A teoria sócio construtivista de Lev Vygotsky pressupõe a aprendizagem como produto das relações sociais, que se estabelecem em determinado momento histórico. Nessa teoria, procurou-se entender o desenvolvimento intelectual a partir das relações histórico-sociais, ou seja, procurou-se demonstrar que o conhecimento é socialmente construído por meio das relações humanas e nelas inserido.

É na convivência social que se fundamenta a transformação do ser biológico em ser humano social e é na aprendizagem, suscitada nas relações sociais, que se ajuda a construir os conhecimentos que darão suporte ao desenvolvimento mental (VYGOTSKY, 1991).

Os significados socioculturais historicamente produzidos são internalizados pelo homem de forma individual e, por isso, ganham um sentido pessoal, conforme afirma LANE (1997), “a palavra, a língua, a cultura relaciona-se com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo”.

A importância da cultura, da linguagem e das relações sociais na teoria de Vygotsky fornece a base para uma educação em que o homem seja visto na sua totalidade: multiplicidade de suas relações com outros; na sua especificidade cultural; na sua dimensão histórica, ou seja, em processo de construção e reconstrução permanente.

Nessa linha, outro importante teórico, Jean Piaget, aborda que o conhecimento deve ser visto como uma construção em constante processo, onde o trabalho coletivo tem o papel mediador das relações e de instigador da capacidade de participação, cooperação e

respeito mútuo, socializando e superando o egocentrismo. (RODRIGUES, 2005)

A teoria proposta por Piaget estabelece que a prática pedagógica se renova cotidianamente e deve ser vista como espaço de experimentação, invenção e recriação onde podem, inclusive, nascer outras teorias.

A presente proposta, apoiada na teoria de Vygotsky, passa pela busca da valorização das culturas locais, da bagagem significativa que o aluno traz oriunda de sua vivência, acolhendo e integrando as diversas manifestações num clima de respeito, reciprocidade e valorização do indivíduo e de suas contribuições para a aprendizagem que se espera.

Com foco nessas concepções e nos princípios já mencionados, a escola procura desenvolver vários projetos, com abordagem interdisciplinar, que propiciem melhores oportunidades de aprendizagem, conforme se verifica na organização do trabalho pedagógico na escola.

## **11. Organização do trabalho pedagógico na escola**

De acordo com a Constituição Brasileira, o ensino fundamental é obrigatório e gratuito. O art. 208 preconiza a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É básico na formação do cidadão, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população brasileira. A proposta pedagógica busca cumprir a função social da escola na formação do cidadão na sociedade conforme orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a própria LDB: Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

## 11.1 Organização dos tempos e espaços

No que tange à organização da matriz curricular do Ensino Fundamental, trabalhamos os conteúdos mínimos em quatro grandes áreas do conhecimento, como disciplina a legislação atual. São elas:

- Linguagens;
- Matemática;
- Ciências da Natureza;
- Ciências Humanas

(2020?) Na Parte Diversificada trabalhamos com Valores, projetos desenvolvidos pela escola e com “Gêneros Textuais”, e assim familiarizar o aluno com as variedades de tipos e de gêneros de produções textuais, promovendo a criação de produções escritas e orais nos gêneros e tipologias exploradas em sala de aula. Neste ano redirecionaremos essas atividades.

Não trabalhamos com regime de substituição de professores, isto é, acreditamos no fortalecimento da Coordenação Pedagógica na Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga e na Secretaria de Educação, que desde 2013 trabalhou de forma exemplar não deixando falhas na carga horária diária exigida em lei, não havendo liberação de aluno antes do término do horário. Com essa prática evitamos muitos transtornos, pois antes desse projeto de banco de atividades, na falta de um ou mais professores, subia-se aula e os alunos eram liberados mais cedo, estes não iam embora, ficavam em frente à escola fazendo barulho, algazarra e atrapalhando a vizinhança, além de serem aliciados por traficantes e pedófilos na porta da escola. Hoje não há mais este tipo de transtorno, a violência na porta da escola diminuiu, pois os alunos sempre saem no horário fixo e os pais são orientados a buscá-los na escola. Afastamos com isso a bandidagem que não tem mais espaço para atuar.

Há uma sala de coordenação pedagógica, que oferece suporte material e pedagógico aos professores. Também contamos com a Sala de Recursos que faz atendimento, em horário contrário, aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem.

Na prática significa dizer que a escola é organizada de forma a possibilitar variadas oportunidades de trabalho com acompanhamento e registro da aprendizagem, o que garantirá mecanismos de avaliação e auto avaliação.

O desenvolvimento do trabalho pedagógico, em sala de aula, será realizado através da combinação de atividades comuns e diversificadas, de forma que possibilitem aos alunos, além do momento individual, o trabalho em dupla ou em grupo no próprio ambiente escolar. Com os recursos disponibilizados pelo PDAF, a escola oferecerá material didático necessário para o desenvolvimento das atividades. A organização da escola se dará da seguinte forma: flexibilização curricular, recuperação processual e contínua, avaliação multidisciplinar, aulas de reforço no contraturno, reuniões extraordinárias interventivas caso seja detectado baixo rendimento e indisciplina em uma ou mais turmas, trabalhos interventivos junto à orientação educacional voltados a técnicas de estudos e planejamento de ações específicas e diferenciadas, caso necessário, para atender aos alunos portadores de necessidades especiais. E atendimento na sala de recursos.

## **11.2 Relação escola-comunidade**

Há características peculiares da comunidade do Centro de Ensino Fundamental 17 de Taguatinga quer sejam econômicas, sociais e administrativas se fazem muito presentes na escola.

As relações sociais: são prejudicadas pela carência de equipamentos urbanos que favoreçam a socialização e a escola torna-se ponto de encontro, pelo aumento da criminalidade, onde ocorrem furtos e assaltos nos arredores da escola. Muitos dos pais, para ajudar na segurança, trazem e buscam seus filhos.

As relações administrativas: uma única escola de ensino fundamental com anos finais no setor, logo, uma escola bastante solicitada onde as turmas são cheias.

Relações financeiras: boa parte dos alunos são oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, recebem ajuda governamental, uma pequena parte, abrigados, que necessitam de maior atenção das equipes especializadas. Assim, a merenda escolar é uma referência no cuidado com os alunos. Está sendo muitas vezes a principal refeição dos estudantes. Higiene, balanceamento nutricional e sociabilidade são preocupações da Secretaria de Estado de Educação, Centro de Ensino Fundamental 17 como unidade executora do programa nutricional e a satisfação do aluno e comunidade.



Ressaltamos ainda a necessidade de estabelecer uma relação estreita com os pais, tornando-os aliados do processo ensino-aprendizagem. Há muito que aprender com eles sobre os nossos alunos. Com a revitalização do Conselho Escolar, poderemos analisar criticamente as situações de aprendizagem dos alunos, suas dificuldades e apontar formas para superá-las. Além disso, repensar aspectos organizacionais como a distribuição de alunos por turma e o regimento interno.

Ressaltamos a importância das oficinas da Educação Integral para a formação integral dos alunos, pois nas oficinas eles desenvolvem habilidades artísticas, musicais, esportivas e até mesmos dotes culinários.

Acreditamos que todas essas ações facilitam as trocas entre os alunos e colaborem com a sua autoestima, ao permitir sua participação ativa nos trabalhos escolares. Assim há uma valorização na construção do conhecimento, que é a peça chave do nosso trabalho.

Ressaltamos que o projeto da escola consiste em cultivar na comunidade a vontade de ocupar o espaço escolar. A preocupação é pertinente tendo em vista o grande número de evasão escolar, o baixo rendimento dos alunos, a dificuldade de socialização e o grau de escolaridade da comunidade do Setor M Norte. A proposta é discutir com a comunidade através da escola suas ações educativas. “As grandes questões são: a comunidade está satisfeita com sua escola? O trabalho que ali se desenvolve atende os anseios da comunidade? O que podemos fazer para melhorar? Como transformar para melhor essa comunidade através da escola?”. Este e outros questionamentos somente serão solucionados através de um trabalho conjunto. Por isso a aproximação se faz imprescindível. Nós queremos saber o que a escola pode fazer pela comunidade e o que a comunidade pode fazer para melhorar essa escola. É um momento de troca.

Para trazer a comunidade para a escola, temos as reuniões de pais; oferecemos palestras, festas, concursos; expomos os trabalhos feitos pelos alunos e apresentações de trabalhos; realizamos a posse dos representantes de turma, a premiação dos alunos destaques e outros projetos.

Essa aproximação faz com que a Comunidade sinta vontade de estar na escola e participar de perto da rotina escolar, além disso, os projetos promovem integração entre educadores, educandos e comunidade escolar como um todo; mostrando que todos podem ser sujeitos participativos no processo de desenvolvimento educacional, complementando ações nas áreas sociais, culturais, esportivas e saúde; promoção de

atividades orientadas, em espaço adequado, onde os alunos envolvidos possam levar o resultado da aprendizagem à comunidade escolar e promover constantemente ações de conscientização e resgate da cidadania.

### **11.3 Atuação das equipes especializadas e outros profissionais**

A escola proporciona atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, na Sala de Recursos e domiciliar, por meio de atividades planejadas e adequadas às diferentes necessidades propostas por professores habilitados nas áreas de códigos e linguagens e ciências exatas. O atendimento é complementado também pela atuação de um monitor que auxilia os alunos com necessidades físicas severas.

A orientação educacional também atua, conforme suas atribuições, no atendimento aos alunos e às suas famílias auxiliando também na realização de projetos de sensibilização e atuando junto à Coordenação Pedagógica na

A complexidade da sociedade, por vezes antagônica, marcada por transformações sociais, econômicas, culturais e religiosas em que se vive hoje, nos faz viver momentos de incertezas e nos exige uma nova postura frente a nós mesmos, ao outro e ao conhecimento.

Para os docentes, é importante acompanhar a evolução da prática social na qual está inserido. O professor precisa estar consciente de que sua formação é permanente e integrada ao seu dia-a-dia nas escolas. Daí a necessidade do profissional repensar a concepção de aprendizagem, da função social da escola, do papel mediador do educador e tantos outros. Não apenas acumular cursos de conhecimento ou de técnicas, mas também uma perspectiva crítico-reflexiva que propicie ao docente uma reflexão da prática pedagógica e uma reconstrução de seus saberes.

A experiência do professor traz contribuições importantes para sua prática, porque se baseia em vivências e observações pedagógicas, sendo necessária uma reflexão crítica sobre essa prática, buscando relacioná-la com elementos teóricos.

A importância da prática reflexiva na escola está ligada à necessidade da criação de tempo e espaço para que o professor possa ser ouvido. Um espaço onde encontre apoio para realizar essa reflexão. O espaço da coordenação pedagógica caracteriza-se como espaço de debate, discussões, avaliações, planejamento com o exercício da prática interdisciplinar, visando à formação continuada dos professores.

Essas reuniões pedagógicas têm contribuído para a troca de experiências, planejamento do trabalho interdisciplinar, reconhecimento de certas limitações e dificuldades na prática pedagógica; favorecendo, assim, um clima de organização propício para a reflexão coletiva e constante sobre a organização do trabalho pedagógico.

Além do espaço da coordenação são oferecidos aos professores, pela Secretaria de Estado de Educação, cursos de aperfeiçoamento e especialização. Estes cursos são oferecidos para colocar em prática uma determinação do PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação- que visa à atualização dos profissionais da educação, proporcionando uma melhor prática pedagógica.

Um dos principais pontos do PDE é a formação de professores e a valorização dos profissionais de educação. A LDB dispõe que *“O Distrito Federal, cada Estado e Município e, supletivamente a União, deve realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também para isso os recursos da educação a distância.”*- e o que propõe o PDE: *“A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, deverão promover a formação inicial, continuada, e a capacitação dos profissionais de magistério”*.

Outro aspecto importante para o bom desempenho escolar é a participação da família nas ações da escola. Segundo o artigo 12 da LDB, é uma incumbência dos estabelecimentos de ensino no que diz respeito à comunidade articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução do Projeto Político Pedagógico.

Cabe à escola propiciar aos pais o acompanhamento de todas as ações executadas no dia-a-dia dos alunos, bem como participar do planejamento e desenvolvimento dos projetos desenvolvidos durante o ano letivo.

#### **11.4 Atuação dos educadores sociais voluntários**

A atuação dos (das) Educadores (as) Sociais Voluntários (as), prevista na Lei Distrital Nº 3.506, de 20 de dezembro de 2004, devidamente regulamentada e em sintonia com a Lei Federal nº 9.608/98, consiste em auxiliar o Professor do Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos, e sob a Supervisão e a Orientação desse profissional, realizar atividades de acompanhamento das habilidades adaptativas (higienização, locomoção e alimentação) bem como outras atividades voltadas para a

área de Educação Especial. Esse trabalho contribui sobremaneira para o bom andamento das atividades pedagógicas com excelentes reflexos no cotidiano escolar.

### **11.5 Centros de Iniciação Desportiva**

Os Centros de Iniciação Desportiva (CID) objetivam proporcionar aos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal o conhecimento técnico e tático de diferentes modalidades esportivas, buscando identificar diferentes aptidões e interesses dos estudantes, ampliando o processo de seleção e formação de futuros atletas. Durante o ano de 2018 tivemos a construção de um espaço apropriado à prática de Tênis de Mesa, modalidade a ser implantada no CID CEF 17.

Em 2019 ocorreu a implantação efetiva do projeto com todo o material apropriado. O responsável pelo seu desenvolvimento é o professor José Maria Silvia de Sousa. O projeto integra crianças e jovens às equipes representativas do Distrito Federal e também promove a formação de um cidadão consciente do movimento humano na cultura corporal.

As atividades são gratuitas e exclusivas para os alunos da rede pública de ensino, acontecendo em turno contrário ao das aulas regulares.

A escola dispõe de uma sala de leitura onde os alunos são incentivados a pegarem livros de leitura, participarem de trabalhos em grupo e para realização de atividades ligadas às disciplinas ministradas. Essa sala é administrada pela servidora adaptada Wilma Jerônimo.

Há também uma sala de aula adaptada a um laboratório de informática. Esse espaço é subutilizado em função de não termos um profissional destinado ao atendimento das peculiaridades do mesmo.

## **12. Estratégias de Avaliação**

De acordo com o Currículo em Movimento das Escolas Públicas do Distrito Federal, “A avaliação é parte integrante e intrínseca ao processo educacional.” Faz-se necessário, portanto, estar em consonância com os objetivos determinados nos Planejamentos de Ensino de cada professor que, por sua vez, “devem refletir os fundamentos e os postulados teóricos estabelecidos no currículo em uso”.

Avaliar a aprendizagem do educando é um processo de ampla complexidade e subjetividade, partindo do princípio de que cada educando traz consigo conhecimentos adquiridos não só nos meios acadêmicos, mas também vivências pessoais, experiências aprendidas empiricamente no convívio com a família e na comunidade em que mora.

Numa perspectiva de abordagem de conhecimentos por competências e habilidades, os objetivos devem ser colocados com clareza para os alunos e devem servir de parâmetro de auto avaliação do professor, visto que os processos de ensino e de aprendizagem são intrínsecos.

O Centro de Ensino Fundamental 17 tem como objetivo a formação integral do estudante de Ensino Fundamental num ambiente democrático e ético e, para isso, o processo de avaliação é tema de reflexão e discussão constantes nas coordenações pedagógicas. Nesta escola, a avaliação é norteada pelos preceitos teóricos contidos no Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal e pelo documento da SEE/DF, Diretrizes para Avaliação da Aprendizagem, Ensino Fundamental – Anos Finais.

A avaliação pode ser feita em toda e qualquer atividade realizada, cabe ao professor acompanhar seus alunos de perto registrando o processo de cada um constantemente. Não é necessário que se estabeleça um momento especial para avaliar, é preciso que haja interação e diálogo entre alunos e professores para que se analise o processo de construção de cada educando.

Ao final de cada bimestre, os professores reunir-se-ão em Conselho de Classe para analisar os resultados gerais de cada turma, propor alternativas para sanar problemas evidenciados e destacar alunos por merecimento levando-se em conta as notas obtidas, relacionamento com colegas e professores, participação nas atividades realizadas durante as aulas. Poderá haver ainda um Conselho de Classe extraordinário para analisar algum problema que surgiu no decorrer do bimestre, quer de natureza disciplinar ou de aprendizagem, de uma turma inteira ou especificamente de um ou mais alunos. Nesta reunião extraordinária, a qual também se denominou intervenção, convocamos a presença de todos os pais dos alunos envolvidos colocando-os como peça chave para o sucesso na aprendizagem do aluno.

É também proposta desta Unidade de Ensino reunir professores, direção, assistentes disciplinares e pedagógicos, secretário e coordenadores e pais para avaliação

geral do bimestre findo, em todos os aspectos inerentes ao processo pedagógico e que, conseqüentemente, refletirão na aprendizagem dos alunos.

No Centro de Ensino Fundamental 17, a avaliação formativa também é tema de constantes debates entre professores e demais membros da comunidade escolar. Tem sido realizada por meio dos projetos interdisciplinares da escola em que professores de vários componentes curriculares são envolvidos em atividades comuns junto aos alunos. Além dessa modalidade avaliativa os alunos são submetidos a recuperação contínua sendo neste momento adaptada a uma progressão continuada avaliando seu déficit de aprendizagem ao longo do processo, significando dizer que todo aluno que não obtém média satisfatória e ainda àqueles que demonstraram dificuldade ao longo do bimestre, têm mais uma oportunidade de recuperar, seja por meio de atividades escritas ou orais, ou outros meios de avaliação da aprendizagem propostas pelos Ciclos.

Esta instituição de ensino percebeu a necessidade de reestruturar os mecanismos avaliativos, para o alcance de uma avaliação adequada, otimizando o trabalho docente e reduzindo o excesso de atividades para o aluno, que acaba por não alcançar os resultados desejados.

Os professores, de modo coeso, concordaram em abdicar de um estilo individualizado, em favor da adoção de um mecanismo avaliativo em que a pontuação é dividida entre todas as disciplinas, privilegiando a coletividade e o trabalho em equipe, tanto na elaboração, quanto na correção das atividades propostas aos alunos ao longo do ano.

Com isto, propôs-se a realização de duas atividades avaliativas globais, a saber, uma **Avaliação Interdisciplinar**, com o intuito de aprimorar a leitura e a expressão escrita do aluno, abrangendo todas as disciplinas do currículo, com temas diversos e atuais e com o repasse do resultado alcançado, para todos os componentes curriculares, ampliando o letramento e uma **Avaliação Multidisciplinar**, que promoverá a integração das disciplinas, abordando temas correlatos e proporcionando ao educando uma visão ampla do assunto. Estas atividades contribuirão para o desenvolvimento do trabalho coletivo e promoverão uma aprendizagem significativa.

Assim, para o ano biênio 2020-2021, bem como nos anos anteriores, ficou estipulado que a distribuição de pontos, para a composição da nota do aluno, será feita em acordo com todos os professores no espaço da Coordenação Pedagógica, observando-se o planejamento bimestral, contemplando, na medida do possível, as

atividades coletivas.

Para que o estudante alcance sucesso no mundo atual é imprescindível o desenvolvimento de habilidades como a criatividade, a autonomia, a polivalência, a iniciativa, a liderança, a versatilidade, a capacidade de negociação, a comunicação oral e escrita, o relacionamento interpessoal e o conhecimento das novas tecnologias de comunicação e informação. Essas habilidades serão trabalhadas nos projetos desenvolvidos na escola e incrementadas com atividades que visem uma maior interação entre escola, família e comunidade em geral. Além disso, nas aulas cotidianas há sempre a busca de formas de ensino que levem o aluno a uma visão global da educação, por meio de conteúdos disciplinares que não se excluem, mas se completam e privilegiam o respeito ao trabalho do outro.

A escola assegura ainda, nos termos da Lei 2.686/2001 e da Portaria nº 483, bem como da Resolução nº 01/05 – CEDF, de 2/8/05 a Progressão Parcial com Dependência em até dois componentes curriculares no 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> do Ensino Fundamental. .

Outra forma de avaliação adotada desde 2010 é o que denominamos de avaliação multidisciplinar, na qual todos os componentes curriculares trabalham focados em um mesmo tema gerador. Os temas geradores serão trabalhados a cada bimestre em sala de aula, extraclasse e nas oficinas da educação integral. Após o trabalho do tema em todas as disciplinas é aplicada a avaliação.

Portanto toda forma de avaliar o aluno é utilizada pelo corpo docente como uma forma de avaliar também nosso trabalho, assim sendo todas as avaliações apontam para a mais importante das avaliações, a avaliação institucional. Após cada bimestre, ou antes mesmo de findar uma etapa avaliativa, há sempre uma discussão que gera consequentes sugestões para avaliação diagnóstica do processo. Dessa forma estamos sempre crescendo e aprimorando nosso trabalho em prol de um ensino de qualidade.

## **12.1 Conselho de Classe**

Reunir-se, ordinariamente, uma vez por bimestre e ao final do semestre ou do ano letivo, ou de acordo com a organização das diferentes etapas e, extraordinariamente, a qualquer tempo por solicitação do Diretor da unidade escolar ou de um terço dos membros desse colegiado.

O Conselho de Classe é uma instância colegiada minimamente contraditória. De um lado, ele se reduz a um mecanismo de reforço das tensões e conflitos com vistas à manutenção da estrutura vigente tornando-se imprescindível para o fortalecimento da fragmentação e da burocratização do processo pedagógico. Por outro, pode ser concebido como colegiado que busca a superação da organização prescritiva e burocrática tornando-se uma instância preocupada com os processos avaliativos que busquem reconfigurar o conhecimento, rever as práticas pedagógicas alternativas e contribuir para alterar a prática pedagógica escolar, dado o seu caráter articulador dos diversos segmentos da escola.

#### **12.1.1 Atribuições do Conselho de Classe:**

Reunir-se, ordinariamente, uma vez por bimestre e ao final do semestre ou do ano letivo, ou, extraordinariamente, quando convocado pelo diretor da instituição educacional.

O registro da reunião, de acordo com o Regimento Escolar, dar-se-á por ata, em livro próprio. No entanto, no Conselho de Classe Final, quando houver aprovação de aluno em discordância com o parecer do professor regente de determinado componente curricular, deve-se registrar o resultado dessa reunião de Conselho de Classe, também, no Diário de Classe do professor regente, no campo Informações Complementares, “preservando-se nesse documento (diário de classe) o registro anteriormente efetuado pelo professor”.

Além disso apresenta considerações e utilização dos resultados das avaliações externas para definição de intervenções e estratégias em prol das aprendizagens, observando as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF e concebe a reunião de pais como momento de avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas.

### **13. Organização Curricular**

A Proposta Pedagógica da escola baseia-se nas propostas do Currículo em Movimento sugeridas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, onde *visando um processo ininterrupto de aprendizagem, a compreensão de educação deste Currículo, adota, o princípio da progressão continuada, que é basilar no modo de organização escolar em ciclos e pressupõe avanço nas aprendizagens dos estudantes, diferentemente da chamada promoção automática, caracterizada pela aprovação dos*



*estudantes nos anos escolares independente da conquista das aprendizagens.* (Currículo em Movimento, 2018).

A expectativa de aprendizagem no âmbito desta instituição de ensino é bastante positiva. Estabelecemos metas e definimos limites mínimos de aprendizagem em um esforço coletivo. Buscamos, junto ao corpo docente nas coordenações pedagógicas, desenvolver um trabalho bastante articulado no que tange aos componentes curriculares. Dessa forma, após várias reuniões e acatando a várias sugestões, definimos um fio condutor de trabalho, com um tema gerador a cada bimestre, contemplando todos os componentes curriculares e os temas transversais, sendo que a culminância de todo trabalho envolvendo o tema gerador se dará por meio de avaliações multidisciplinares.

Quanto ao conhecimento a ser desenvolvido destacamos a busca pela percepção do aluno enquanto pessoa, pertencente a um grupo social, capaz de relacionar-se e de intervir nas práticas sociais, culturais, políticas e ambientais. Além disso, trabalhamos nos projetos pedagógicos as diferenças culturais, religiosas, étnico-raciais, a fim de valorizar a sociodiversidade, ampliar a capacidade crítico-reflexiva, voltadas à formação de um indivíduo consciente de seus direitos e deveres e com espírito de cooperação, coletividade, solidariedade e cidadania priorizando a ética, o desenvolvimento da autonomia e do pensamento.

Em relação aos Componentes Curriculares existe uma grande preocupação no que se refere à compreensão e interpretação das diferentes linguagens: corporal, verbal/escrita, matemática e artística, científica e tecnológica, além da compreensão dos fenômenos naturais e dos processos histórico-geográficos, isto porque o objetivo central desta Instituição de Ensino é fazer do aluno um sujeito que observa, investiga e transforma as situações e, com isso, transforma a si mesmo. Desta forma a escola trabalha os componentes curriculares obrigatórios que são: Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Inglês Educação Física e Artes. E na parte diversificada oferecemos disciplinas que vão de encontro com a necessidade de nossos alunos em 2020 ofertamos: ciências, português e matemática.

Quanto ao Currículo em Movimento deve-se a Base Nacional Comum Curricular, as adaptações se fazem necessárias, principalmente nos 6º anos, pois há um maior número de alunos com dificuldade de aprendizagem devido à deficiência em relação aos anos anteriores.

O Currículo desenvolvido abrange todo o processo de ensino aprendizagem estimulando o aluno a aprofundar e buscar novos conhecimentos de forma interdisciplinar com respeito ao contexto sócio-cultural tendo como objetivo a formação global do aluno. Esperamos com isso que nossa escola assuma característica própria: permitindo ao aluno acesso e permanência na escola com sucesso; desenvolvendo atividades interativas no processo de elaboração do planejamento e da avaliação escolar; apoiando os projetos elaborados pelos professores; organizando eventos culturais; sistematizando o reforço escolar; promovendo debates com temas da atualidade; estimulando a leitura; estimulando a integração dos alunos, professores e demais funcionários da escola; possibilitando a reflexão sobre os valores humanos; reafirmando a importância das instituições família, igreja, escola e outros; desenvolvendo as habilidades através da música, artes plásticas e teatro; desenvolvendo a interdisciplinaridade dos conteúdos; desenvolvendo uma prática pedagógica com vista ao futuro; despertando a consciência de cidadão crítico e responsável; estimulando a integração da escola e da comunidade.

Em relação ao Planejamento Escolar, durante a jornada pedagógica que acontece antes do início do ano letivo, reúne toda a equipe docente e pedagógica, para discussão sobre a importância e o significado do planejamento na prática educativa. Uma vez por semana os professores se reúnem por área do conhecimento para tratar das questões relativas à proposta curricular a ser desenvolvida durante o desenrolar do ano letivo. Ressalta-se aqui a importância do planejamento de forma participativa para que não haja diferenças entre os conteúdos ministrados pelos professores. Além desses encontros semanais existe mais um encontro por semana no qual se reúnem todas as áreas para discussão, análise e avaliação dos projetos em andamento.

A abordagem dos temas transversais do Currículo em Movimento, a saber, Educação para Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para Sustentabilidade, para estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é incorporada aos currículos das áreas, especialmente nos de História, Geografia e Ciências Naturais.

Também primou-se pela manutenção da estrutura de objetivo de aprendizagem e conteúdo por entender que esses são elementos que corroboram os pressupostos teóricos assumidos enquanto fundamentos de currículo da SEEDF.

## **13.1 ENSINO**

O planejamento é um ato, é uma atividade que projeta organiza o fazer docente no que diz respeito aos seus fins e meios, forma e conteúdo.

É uma ação reflexiva e contínua permeada por um processo de avaliação e revisão sobre que somos, fazemos e precisamos realizar para atingir objetivos.

O ensino implica interação de 3 elementos: professor, aluno e objeto de conhecimento. Pressupondo que os professores aprendem com o que fazem e usam esses saberes para propor novas experiências a análise da estratégia de ensino garante resultados que repercutem nas vivências pedagógicas dos discentes.

## **13.2 Aprendizagem**

Dentre os objetivos do Ensino Fundamental estão pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica estão possibilitar as aprendizagens, a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão considerando os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade, promover as aprendizagens tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e a formação de atitudes e valores, permitindo vivências de diversos letramentos.

A Aprendizagem é um processo que acontece através da aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que são passados com estudo, ensino ou experiência. Esse processo de aprendizagem não pode mais se reduzir à dinâmica do indivíduo como um sistema isolado e fechado. Há necessidade de se aprofundar numa abordagem mais abrangente e menos reduzida, de forma a levar em conta as interações entre as múltiplas condições de aprendizagem em diferentes instâncias do aprender formal e informal. O Centro de Ensino Fundamental 17 entende que cada aluno seja incentivado a voluntariar-se, promovendo ações que propiciem um contato com diferentes realidades abrangendo as diversas realidades existentes assegurando o protagonismo,

promovendo eventos em que os mesmos participem ativamente do planejamento e da realização das atividades.

### **13.3 Interdisciplinaridade**

Atualmente, a sociedade e a escola estão despertando para uma nova realidade e emerge, de forma generalizada, novos rumos para a educação na escola. Diante dessa realidade, e visando oferecer aos alunos oportunidades de melhor desenvolver suas competências, pois o cidadão ativo e consciente certamente é aquele que melhor consegue realizar uma leitura de mundo que o possibilite tornar-se um agente transformador, construtor da própria história.

Todas as áreas do conhecimento fazem uso da leitura e interpretação para solução de situações problema. A interpretação de fatos permeia todas as áreas do conhecimento.

### **13.4 Trabalho com projetos**

Parte de uma necessidade local e/ou atual sendo uma decisão coletiva para execução. A partir da escolha de um tema gerador anual o mesmo é trabalhado com subtemas nos bimestres. O tema de 2017 é “Eu amo o CEF 17” que busca a preservação patrimonial, do respeito entre funcionários e educandos, busca também uma identidade mais estreita com a instituição de valorização do espaço escolar nos aspectos humanos e físicos. No 1º bimestre foi trabalhada a conscientização do uso sustentável da água, no 2º bimestre trabalhou-se o aniversário da escola, no 3º será trabalhada a festa multicultural e no 4º bimestre será projetado 2018 quanto a rendimento, expectativas, etc.

### **13.5 Relação teórico-prática**

O mundo contemporâneo exige que a escola promova horizontes mais amplos e diversificados e que prepare os alunos para novos desafios em função de novos saberes, novas tecnologias e novas linguagens. É preciso garantir condições para que os alunos se instrumentalizem para um processo de educação contínua e permanente para uma trajetória escolar bem sucedida. Porém não podemos esquecer que para isso há

necessidade de se promover uma aprendizagem contínua também para os professores, que lhe possibilite acompanhar a dinâmica do movimento científico e cultural em que está inserido para que possa participar e nele interferir.

Por isso, repensar a construção da proposta pedagógica exige uma reflexão da equipe escolar para avaliar as ações planejadas e desenvolvidas ao longo do período previsto. O grupo de professores junto com a coordenação pedagógica precisam se reunir a fim de detectar as dificuldades e repensar possíveis ações que se revelem mais positivas com o intuito de direcioná-las, para que se adequem aos avanços tecnológicos. Dessa forma, a construção da proposta, além de retomada do trabalho já desenvolvido, promove o estudo e a reflexão contínua sobre as experiências acumuladas para a definição de outras metas, de novos pontos de chegada e de metodologias diferenciadas que contribuem para o sucesso da escola.

Seguindo esse raciocínio, o papel do Centro de Ensino Fundamental 17 de Taguatinga é socializar, fornecendo aos alunos instrumentos necessários para uma intervenção teórico-prática na realidade em que estão inseridos, tendo também os princípios éticos que serão norteadores de sua atuação consciente na sociedade. A proposta é proporcionar conhecimento que possibilite ao aluno entender cientificamente o seu meio, e também, os recursos técnicos necessários à sua ação e investigação e transformação da realidade. Instrumentos tais como a linguagem, estruturas de pensamento, métodos, conceitos, dentre outros. Para isso a escola conta hoje com uma proposta de trabalho nos moldes construtivistas, por isso os professores buscam respostas dos alunos e os instigam a pensar, não deixando de lado a teoria e os exercícios.

A criação da organização curricular do Centro de Ensino Fundamental 17 de Taguatinga está como proposto no Currículo em Movimento da Educação Básica Anos Finais, que estabelece as concepções teóricas e os princípios pedagógicos: formação para Educação Integral; Avaliação Formativa; Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico-Cultural; Currículo Integrado; Eixos Integradores que para os Anos Finais são Ludicidade e Letramentos, e Eixos Transversais (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade). É estruturado com objetivos de aprendizagens e conteúdos por entender que esses são elementos que corroboram os pressupostos teóricos.

Assim visa assegurar o direito à educação, possibilitam as aprendizagens a partir da democratização dos saberes que a escola acredita ser direito de todos.

## 14. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

### 14.1 Gestão Pedagógica

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES/ESTRATÉGIAS	ACOMPANHAMENTO RESONSÁ VEIS/PRAZ OS	AVALIAÇÃO /INDICADO RES
<ul style="list-style-type: none"><li>- Reduzir a evasão escolar ;</li><li>- Garantir a permanência e elevar os índices de aprendizagem e aprovação;</li><li>- Garantir o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais;</li><li>- Promover a inclusão social, principalmente junto à população socioeconômica mente desfavorecida, por meio da educação básica.</li><li>- Atuar como pólo gerador e multiplicador de produção de conhecimento e cultura.</li></ul>	Redução na evasão escolar em 97%.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Realizando busca ativa dos estudantes faltosos por meio de ligação telefônica e comunicação escrita aos responsáveis.<ul style="list-style-type: none"><li>- Informar ao Conselho tutelar a lista de estudantes que apresentam falta constantes;</li></ul></li><li>- Promover atividades pedagógicas motivadoras;</li><li>- Incentivar a formação continuada.</li></ul>		

## 14.2 Gestão dos resultados educacionais

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES/ESTRATÉGIAS	ACOMPANHAMENTO RESPONSÁVEIS /PRAZOS	AVALIAÇÃO/INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar um aprendizado global que desenvolva a convivência harmoniosa entre escola e sociedade.</li> <li>- Elevar os índices de aprendizagem e Aprovação.</li> <li>- Elevar os resultados na OBMEP.</li> <li>- Melhorar os resultados na Prova Diagnóstica.</li> <li>- Reduzir ao mínimo a evasão escolar;</li> </ul>	<p>Assegurar a aprendizagem significativa dos conteúdos/habilidades necessários ao pleno desenvolvimento dos educandos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer a coordenação pedagógica;</li> <li>- Convocação de Conselho de Classe participativo sempre que detectar problemas disciplinares e/ou de aprendizagem em determinada turma;</li> <li>- Incentivar a participação dos alunos nas avaliações distritais e nacionais bem como nos concursos de áreas específicas.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>-Por meio de análise qualitativa das ações desenvolvidas no decorrer do período letivo, sendo realizada nos dias da Avaliação Pedagógica</li> <li>- Será realizada com a classe e acompanhamento da aprendizagem de todas as</li> </ul>

A gestão de resultados oferece os diagnósticos para que possamos trabalhar com a nossa comunidade escolar e ao mesmo tempo, repensar o nosso projeto pedagógico, nossas falhas, pontos positivos e negativos. Entre os desafios desta gestão estão a qualidade do



nosso ensino, as turmas e períodos com problemas de aprendizagem, frequência, evasão, níveis de satisfação dos alunos, pais, professores e funcionários.

Na gestão participativa, os órgãos colegiados como conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmio estudantil, parcerias com associações de bairro, profissionais liberais e outras instituições podem ajudar no projeto pedagógico da escola com uma participação efetiva, atuando na construção de uma escola que tenha como desafio ser mais integradora, organizadora, solidária e comunicativa com sua comunidade escolar.

Na gestão pedagógica, os processos e as práticas possuem como desafios a contextualização, isto é, de um lado, os diversos interesses e necessidades dos alunos, comunidade escolar e do outro, o projeto pedagógico, as diretrizes, orientações curriculares nacionais e estaduais. Diante destes elementos, esta gestão deve se orientar acompanhando as melhorias da aprendizagem, suas inovações, planejamento, organização e inclusão, para que atendam os avanços científicos, tecnológicos e culturais da sociedade em que estão inseridos. A gestão de pessoas envolve o compromisso dos profissionais da escola, dos pais e dos alunos com o projeto pedagógico da escola.

### **14.3 Gestão Participativa**

**Caixa Escolar** – é uma Unidade Executora e entidade responsável pela aplicação e prestação de contas dos recursos enviados à escola. No momento, está atuante.

A função das Unidades Executoras, chamadas Uex é administrar, bem como: receber, executar e prestar conta dos recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, municipais, privados, doados, ou os recursos provenientes de campanhas escolares, advindos da comunidade ou de entidades beneficentes, bem como fomentar as atividades pedagógicas da escola.

**Conselho Escolar** – para que o projeto político-pedagógico em nossa escola seja viável de forma democrática, necessário faz-se buscar formas alternativas e às vezes operativas que permitam a tomada de decisões. Assim, através de nosso Conselho Escolar deliberativo, garantimos a representatividade, a continuidade e a legitimidade na tomada de decisões do coletivo. Portanto, no contexto das relações sociais que permeiam a realidade da escola, entendemos o Conselho Escolar como um fórum de debate e

discussões onde professores, funcionários, pais e estudantes e que têm a oportunidade de explicitar seus interesses e reivindicações trazidas dos seus segmentos.

**Conselho de Classe** – O Conselho de Classe é uma instância colegiada minimamente contraditória. De um lado, ele se reduz a um mecanismo de reforço das tensões e conflitos com vistas à manutenção da estrutura vigente tornando-se imprescindível para o fortalecimento da fragmentação e da burocratização do processo pedagógico. Por outro, pode ser concebido como colegiado que busca a superação da organização prescritiva e burocrática tornando-se uma instância preocupada com os processos avaliativos que busquem reconfigurar o conhecimento, rever as práticas pedagógicas alternativas e contribuir para alterar a prática pedagógica escolar, dado o seu caráter articulador dos diversos segmentos da escola.

<b>Caixa Escolar</b>	- Elaborar a programação e o plano de aplicação dos recursos financeiros recebidos pela escola;	Durante todo o 1º bimestre.	- <b>Realizar</b> reunião do Caixa Escolar
<b>Caixa Escolar</b>	- Zelar pela qualidade dos produtos adquiridos e serviços contratados, em todos os níveis, desde sua aquisição, distribuição e utilização, observando sempre a legislação pertinente;	- Durante o ano letivo	-Realizar Cotação de preços com empresas idôneas aliando menor custo com qualidade comprovada.
<b>Caixa Escolar</b>	- Receber, analisar e remeter ao Conselho Fiscal, para parecer, as prestações de contas	No decorrer do 1º e 2º trimestre.	- <b>Convocar os membros</b> do Caixa Escolar para análise
<b>Caixa Escolar</b>	- Constituir Comissão de Execução Financeira;	Até o final do 1º bimestre.	- Renomear cargos em vacância

<b>Conselho Escolar</b>	- Ampliar a atuação do Conselho Escolar;	- 1º bimestre	- Realizar de reuniões mensais com a comunidade escolar para traçar as metas a serem alcançadas em 2017
<b>Conselho Escolar</b>	- Eleger o conselho escolar;	- 2º bimestre	- Dar posse aos membros eleitos
<b>Conselho Escolar</b>	- Promover reuniões trimestrais com os membros para análise das contas e discussão das prioridades.	- Durante o ano letivo	- Reunião para acompanhamento e aprovação dos gastos escolares
<b>Conselho Escolar</b>	- Ampliar a atuação do Conselho Escolar;	- 1º bimestre	- Discussão e participação da elaboração do Regimento Escolar e Proposta Pedagógica
<b>Conselho de Classe</b>	- Promover reuniões semestrais para análise e reavaliação dos projetos pedagógicos;		
<b>Conselho de Classe</b>	- Promover reuniões com representatividade dos segmentos escolares.		

#### 14.4 Gestão de pessoas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Integrar toda a comunidade escolar quanto à participação na construção da proposta Pedagógica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões com os diversos segmentos da comunidade escolar para a construção da Proposta Pedagógica, acompanhamento das ações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conselho Escolar</li> </ul>	Toda a comunidade escolar	Ao longo do biênio	A partir da observação da participação dos envolvidos no processo, bem como pelos resultados obtidos por meio das intervenções propostas

	desenvolvidas na escola, entre outros.				
--	--	--	--	--	--

A equipe da escola conta com uma equipe de 65 professores. A direção é composta por uma Diretora, Vice-Diretor, um Supervisor Administrativo e um Chefe de Secretaria. A cantina possui duas merendeiras, funcionárias terceirizadas, responsáveis pelo lanche dos alunos nos turnos matutino e vespertino. Na portaria, nossas servidoras foram aposentadas, portanto temos essas duas carências que causam grandes transtornos dentro da escola, pois aumenta a insegurança e gera muita desorganização. A empresa de segurança faz a guarda patrimonial e não dos alunos. O serviço de limpeza é feito por uma empresa terceirizada, a J & G e conta com 8 funcionários que revezam das 7h da manhã às 19h. A secretaria tem 3 funcionários, sendo que um deles atua como chefe de secretaria. Eles se revezam para atender aos dois turnos em funcionamento. Na mecanografia temos uma auxiliar em educação readaptada. Temos duas orientadoras educacionais, há dois professores para a Sala de Recursos e uma funcionária readaptada na Biblioteca.

Em 2011 foi implementada a Sala de Recursos com serviços de natureza pedagógica que se destinam aos alunos Portadores de Necessidades Especiais, matriculados no ensino regular atendidos em classes comuns e sala de recursos no período oposto. O Atendimento na Sala de Recursos caracteriza-se como serviço conduzido por professor especializado, que suplementa, no caso de alunos com altas habilidades/superdotação, e complementa, no caso de alunos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento.

Os atendimentos já estão sendo realizados, na própria escola, por professor habilitado na área de Exatas, Georgilton Ruyberto da Silva, e na área de Códigos, Nelma Alves dos Santos. Para a área de humanas temos uma carência não suprida no remanejamento. Atualmente os alunos atendidos possuem necessidades especiais física e/ou intelectual; além desses, os alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade recebem atendimento. A equipe itinerante auxilia no aprendizado dos alunos com deficiência visual e auditiva.

Além desse atendimento, desde 2008 contamos com Serviço de Orientação Educacional que possui trabalho pedagógico,

A mecanografia conta com uma servidora, carreira assistência, readaptada (Maria Valdivina Pereira Fontenele) que executa a reprodução de materiais para os professores e direção.

A Secretaria Escolar funciona hoje com três técnicos de gestão educacional, quais sejam: Juliano André Soares de Souza (chefe de secretaria), Bárbara da Silva Pedrôso (técnico em secretaria escolar) e Rosinei de Sousa Ataíde (agente de secretaria).

Já os serviços de limpeza, merenda e segurança são terceirizados pelas empresas a saber: Real, J &G e Confederal.

### 14.5 Gestão financeira

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover uma gestão responsável dos recursos oriundos dos Programas Governmentais PDAF e PDDE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar reuniões específicas com o Conselho Escolar para a determinação das prioridades;</li> <li>Realizar as corretas ações de tomadas de preços e prestações de contas à comunidade escolar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caixa Escolar</li> <li>Conselho Escolar</li> </ul>	Toda a comunidade escolar	Ao longo do biênio	A partir da observação da participação dos envolvidos no processo, bem como pelos resultados obtidos por meio das intervenções propostas

Os recursos financeiros se caracterizam em três esferas: recursos do Governo do Distrito Federal, recursos Federais e recursos gerados na própria escola.

Os recursos financeiros proporcionados pelo Governo do Distrito Federal através do Programa de Descentralização de Administrativa e Financeira é o PDAF.

Os recursos federais nos chegam por PDAF - Escola e Programa Mais Educação. Este último tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio de ampliação do tempo de permanência de crianças adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo Integral e ainda tem por finalidade melhorar o rendimento da escola pública.

Todo o processo de aquisição de bens de consumo e permanentes é fiscalizado pela comissão de execução financeira do Conselho Escolar e se faz necessária prestação de contas, com no mínimo três orçamentos diferentes, em aquisições não superiores a oito mil reais.

Os recursos para aquisição de gêneros alimentícios são provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), repassado pela Secretaria da Educação por regional de ensino. O cardápio é elaborado pela gerência da merenda escolar, tomando-se o cuidado de observar a listagem de alimentos proibidos e a quantidade estabelecida para cada aluno. Os valores diferenciados para o Programa mais Educação se justifica pelo fato de que os alunos vinculados a esse programa fazem dois lanches durante o período em que se encontram na escola, além do almoço.

Os livros didáticos são escolhidos pelos professores através do Guia do Livro Didático fornecido pelo MEC e seguem O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), existente desde 1985, que tem como objetivo a distribuição de obras didáticas às escolas das redes federal, estadual e municipal e que são utilizados por um período de três anos. A cada triênio esses livros são enviados de acordo com o censo do ano anterior e, caso não sejam suficientes, há um remanejamento (troca de livros) entre escolas da rede. Em 2017 estamos no primeiro ano do triênio.

Convém salientar que a escola mantém parcerias esporádicas com entidades privadas, de onde recebe doações de ordem logística (equipamentos de informática, bolsas de cursos para professores e alunos, etc).

#### **14.6 Gestão Administrativa**

1. Garantir a entrega de documentos e processos nos prazos estabelecidos e com clareza das informações prestadas;
2. Proporcionar um ambiente limpo, organizado e agradável tanto aos servidores quanto aos estudantes da Instituição de Ensino e zelar pelo patrimônio e pelo prédio da escola.
3. Viabilizar os reparos estruturais necessários para o bom funcionamento da escola;
4. Favorecer o funcionamento de qualidade da cantina, garantindo higiene, organização e o bom preparo da merenda escolar;
5. Sistematizar a reserva e a conservação de recursos audiovisuais e materiais para a prática pedagógica;
6. Garantir o funcionamento e bom atendimento da Secretaria Escolar;

	METAS	ESTRATÉGIA	PERÍODO DE EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
01	Garantir a entrega de documentos e processos nos prazos estabelecidos e com clareza das informações prestadas;	Organizar os espaços administrativos e disponibilização de murais e pastas para melhoria da comunicação institucional;	No decorrer dos anos letivos	Avaliação pedagógica Institucional
02	Proporcionar um ambiente limpo, organizado e agradável tanto aos servidores quanto aos estudantes da Instituição de Ensino e zelar pelo patrimônio e pelo prédio da escola.	Articular ações conjuntas entre os estudantes e trabalhadores em educação; -Organização de escala de trabalho dos servidores da empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação; -Desenvolvimento de projeto pedagógico junto à comunidade escolar de conservação do patrimônio público especificamente na disciplina de PD.	No decorrer dos anos letivos;	No registro de impressões sobre a organização e manutenção dos espaços escolares.
03	Viabilizar os reparos estruturais necessários para o bom funcionamento da escola;	- Pinturas das instalações escolares; -Reparos na rede elétrica e hidráulica -Construção de murais nos corredores da escola.	Decorrer dos anos letivos;	Decorrer dos anos letivos; Por meio dos relatos e observação dos serviços executados;
04	Favorecer o funcionamento de qualidade da cantina, garantindo higiene, organização e o			

	bom preparo da merenda escolar;			
05	Sistematizar a reserva e a conservação de recursos audiovisuais e materiais para a prática pedagógica;	-Organização dos recursos audiovisuais em armários na sala da direção; - Discussões sobre a importância de conservação dos recursos.	No decorrer do ano letivo.	



## **15. Acompanhamento e avaliação da Proposta Pedagógica**

Ressaltamos o empenho de todo o grupo do Centro de Ensino Fundamental 17 em construir, cotidianamente, um caminho de melhoria da qualidade de ensino. No entanto, diante do desafio de vivenciarmos uma gestão efetivamente democrática, mais do que nunca, precisamos e contamos com o apoio da CRET<sup>2</sup>, EAPE<sup>3</sup>, SEE<sup>4</sup> e MEC<sup>5</sup>, ao percorrermos nosso caminho com muita colaboração, estudos e avaliações constantes de nossas práticas, na certeza de que alcançaremos o sucesso escolar, isto porque o trabalho dos profissionais de ensino é fundamental na construção do conhecimento crítico, do exercício da cidadania e na formação de valores para a vida.

## **16. Projetos Específicos**

O CEF 17 de Taguatinga tem projetos que são as matrizes para a execução de outros projetos, que o chamamos de projetos menores. Cada projeto matriz é executado em um bimestre em 2020 na semana pedagógica tais projetos foram aprovados com abertura para adaptação, ampliação e modificações. Alguns deles, foram repensados pois no dia 12/03/2020 saiu o primeiro decreto do governador Ibaneis Rocha Barros Junior decretando a suspensão de aulas no DF pelo início de uma pandemia causada pelo Vírus Covid-19, quanto em redes públicas e privadas no Distrito Federal. A medida visa amenizar a disseminação do Coronavírus publicada por decretos.

O Governo do Distrito Federal acaba de tomar novas medidas para garantir a segurança da população e evitar a proliferação do Covid-19. Neste sábado (14), foram publicados mais dois novos decretos que mantêm a suspensão das aulas na rede pública e privada de escolas e universidades por mais 15 dias, a contar de segunda-feira (16); interrompe o funcionamento de cinemas e teatros; e ratifica medidas como a proibição de alvará para eventos com a participação de mais de 100 pessoas.

Segundo a publicação, que saiu em edição especial do Diário Oficial do DF, as medidas valem também para eventos esportivos, que continuam só com portões fechados. “Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos,

---

<sup>2</sup> CRET: Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga.

<sup>3</sup>EAPE: Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação.

<sup>4</sup>SEE : Secretaria de Estado da Educação.

<sup>5</sup>MEC: Ministério da Educação e Cultura.

danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Distrito Federal”, destaca o documento que apresenta uma lista de motivações.

O texto prevê ainda que os servidores que apresentarem sintomas de gripe sigam suas atividades em sistema de teletrabalho. Outro ponto em destaque é o Decreto nº 40.519 obriga hospitais e laboratórios privados a comunicar imediatamente à vigilância sanitária do Distrito Federal todos os casos com confirmação positiva do Covid-19. “Os laboratórios e hospitais que não informarem os resultados dispostos no art. 1º ficarão sujeitos às penalidades impostas pela legislação, nos termos do que dispõe o art. 14 da Lei Federal nº 6.259, de 1975 e o art. 10, incisos VI e XXXI, da Lei Federal 6.437, de 20 de agosto de 1977”, detalha o documento.

Os decretos:

DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando que o DF já elaborou o Plano de Contingência Distrital em fevereiro de 2020, devido a necessidade de se estabelecer um plano de resposta a esse evento e para estabelecer a estratégia de acompanhamento e suporte dos casos suspeitos e confirmados;

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Distrito Federal;

Considerando o pedido da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do Novo Coronavírus, DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus, no âmbito do Distrito Federal, ficam definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º Ficam suspensos, no âmbito do Distrito Federal, pelo prazo de quinze dias:

I – eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público, com público superior a cem pessoas;

II – atividades coletivas de cinema e teatro;

III – atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada;

§ 1º A suspensão das aulas na rede de ensino pública do Distrito Federal, de que trata o inciso III, deverá ser compreendida como recesso/férias escolares do mês de julho e terá início a partir do dia 16 de março de 2020, nos termos deste Decreto.

§ 2º O recesso/férias escolares terá duração máxima de 15 dias corridos, independente do quantitativo de dias de recesso constante no calendário escolar da unidade de ensino.

§ 3º As unidades escolares da rede privada de ensino do Distrito Federal poderão adotar a antecipação do recesso/férias prevista neste Decreto, ou determinar a suspensão das aulas pelo período determinado, a critério de cada unidade.

§ 4º Os ajustes necessários para o cumprimento do calendário escolar serão estabelecidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, após o retorno das aulas. Art. 3º Os bares e restaurantes deverão observar na organização de suas mesas a distância mínima de dois metros entre elas.

Parágrafo único. Nos eventos abertos recomenda-se a distância mínima de um metro entre as pessoas.

Art. 4º Os eventos esportivos no Distrito Federal somente poderão ocorrer com os portões fechados ao público, mediante autorização sanitária expedida pela Subsecretaria de Vigilância à Saúde do Distrito Federal e Termo de Compromisso assinado pelos organizadores.

Art. 5º Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso III do art. 36 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de

novembro de 2011, e do inciso II, do art. 2º do Decreto Federal nº 52.025, de 20 de maio de 1963, sujeitando-se às penalidades previstas em ambos os normativos.

Art. 6º Qualquer servidor público, empregado público ou contratado por empresa que presta serviço para o Distrito Federal, que apresentar febre e/ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) ou que tenha retornado de viagem internacional, nos últimos dez dias, deverá permanecer em casa e adotar o regime de teletrabalho, conforme orientação da chefia imediata.

Art. 7º As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto, e o seu descumprimento acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei.

Art. 8º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, mesmo antes do prazo estipulado no art. 2º.

Art. 9º O Decreto 40.512, de 13 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art 2º .....

X – PROCON/DF” (NR)

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Ficam revogados os Decretos 40.509, de 11 de março de 2020, e 40.510, de 12 de março de 2020. Brasília, 14 de março de 2020 132º da República e 60º de Brasília

DECRETO Nº 40.519 DE 14 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a vigilância epidemiológica e a necessária comunicação, por hospitais e laboratórios, às autoridades sanitárias do Distrito Federal, dos laboratórios que realizam os exames clínicos para a descoberta do COVID-19, no âmbito do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Os hospitais e laboratórios que confirmarem a doença COVID-19, adotando o exame específico para a SARS-CoV2 (RT-PCR, pelo protocolo Charité), deverão informar, imediatamente, às autoridades sanitárias do Distrito Federal, o seu resultado, na forma do art. 7º, I, da Lei Federal 6.259, de 30 de outubro de 1975, e do art. 14 do Decreto Federal 78.231, de 12 de agosto de 1976. Parágrafo único. A determinação de que trata o caput deverá conter,

obrigatoriamente, as informações constantes no site eletrônico [http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id\\_aplicacao=53635](http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=53635).

Art. 2º Os laboratórios e hospitais que não informarem os resultados dispostos no art. 1º ficarão sujeitos às penalidades impostas pela legislação, nos termos do que dispõe o art. 14 da Lei Federal nº 6.259, de 1975 e o art. 10, incisos VI e XXXI, da Lei Federal 6.437, de 20 de agosto de 1977. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,

Assim todo o calendário escolar teve que ser recomposto, aulas suspensas, formação de professores, ambientes virtuais em lugar de ambientes físicos, estudos para retorno as aulas, preparação , para retorno on line de professores e alunos, aulas televisionadas pela Tv Justiça . Todos os projetos matrizes ficaram suspensos fisicamente em atendimento aos decretos, órgãos reguladores e fiscalizadores, bem como colegiados em Educação nesse momento juntos em proteção e preservação da vida humana.

## **16.1 Chá Literário**

### **Justificativa**

A cada ano que passa os alunos têm chegado ao 9º ano com déficit em leitura, escrita e interpretação.

Como essa situação não poderia continuar, tornou-se imperativo uma solução prática e funcional. Surge assim, a leitura e apresentação bimestral de um livro, em grupo.

Além do que muitos alunos nunca haviam lido um livro em suas vidas. Esse projeto surgiu com o intuito de enriquecer as atividades de sala de aula, havendo um período voltado, exclusivamente, para a leitura infanto-juvenil, contos, poesias e alguns autores, visando criar o hábito de leitura que, na maioria das vezes, não foi iniciado na família.

O professor, por sua vez, criará condições de trabalho com as histórias contextualizando suas aulas, conteúdo X, histórias, dando margem à reflexão, análise, produção e interpretação, assim como o despertar do gosto pela leitura.

As aulas, dessa maneira serão interessantes e atrativas aos nossos alunos, desde que haja total dedicação profissional.

Buscaremos através deste projeto integrar as datas comemorativas, eventos e demais subprojetos, trabalhando de forma interdisciplinar e por anos/séries.

## **Objetivos Gerais**

Essa atividade tem como objetivos principais:

- Despertar o senso de responsabilidade consigo e com o grupo;
- Vencer a timidez;
- tornar conhecida e variedade linguística
- Interpretar não só o texto, mas tornar-se personagem dele;
- Ser claro e conciso ao expor suas ideias;
- Promover e estimular o hábito de leitura;
- Ampliar o vocabulário (melhorando a escrita);
- Elevar a estima.

## **Objetivos específicos**

- Valorizar a leitura com fonte de informação
- Compreender e fazer uso de informações contidas nos textos
- Possibilidade de se divertir de se comover de fluir esteticamente no texto
- Permitir a análise e reflexão de um texto escolhido
- Possibilitar ao leitor compreender as relações existentes entre a fala e a escrita
- Estimular a leitura de outros livros
- Utilizar a sala de leitura como meio cultural para resgate do conhecimento e a socialização;
- Desenvolver o senso crítico
- Dinamizar as aulas;

## **Metas**

- Atender 100% dos alunos que compreende adolescente entre 13 e 16 anos com atividades voltadas para literatura infanto-juvenil, que chamaremos a hora do conto.

## **Metodologia**

1º) A escolha dos livros é feita considerando a idade, interesse e nível dos alunos. Trabalhamos de forma interdisciplinar quando conjugamos os interesses de Português aos de outra disciplina. São escolhidos 4 ou 5 títulos a cada bimestre.

2º) A turma é dividida em grupos: 5 ou 6 alunos em cada um (são os alunos que escolhem com quem querem trabalhar).

3º) Os livros são apresentados aos alunos. É feita a "propaganda" de cada título de forma que o aluno fique curioso para saber o que acontece naquele livro.

4º) Cada grupo escolhe seu título, havendo choque de interesses é feito sorteio (somente com os grupos empatados).

5º) A data da apresentação é marcada dando aos grupos 30 dias para lerem e organizarem o trabalho. Também é definida a forma de apresentação: teatro, jornal, etc. E os critérios em que serão avaliados: figurino, cenário, tempo, texto, organização; bem como o valor da avaliação.

6º) Na data estipulada cada grupo apresenta seu trabalho aos colegas da sala.

7º) Durante a apresentação, a avaliação e os comentários são anotados em uma ficha que será entregue ao grupo.

8º) Após a apresentação são feitos comentários sobre a participação e desempenho de cada componente.

9º) As fichas de avaliação são entregues após todos os grupos terem apresentado.

10º) No final de cada semestre é possível observar que alguns alunos se sobressaem e lêem vários livros. Assim aproveitamos a oportunidade para valorizar e incentivar ainda mais a leitura promovendo Chá Literário. Na oportunidade reunimos alunos, pais e professores, fazemos apresentações e os alunos são homenageados e premiados com livros.

### **16.2 Projeto Representante de Turma**

#### **Justificativa**

Este projeto prioriza ações voltadas para o desenvolvimento da organização dos autodefensores, o direito à autodeterminação, independência, autonomia e criticidade.

Assim surge o Projeto Eleição do Representante de Turma com o intuito de proporcionar aos alunos participação ativa na Instituição e demais instâncias.

## **Objetivos**

- Organizar o corpo discente enquanto Movimento Político Estudantil;
- Estimular maior autonomia, criatividade, reflexão, liderança, autoconfiança e conhecimento sobre organização social de classes, conhecimento sócio-histórico, função de instituições, movimentos sociais e órgãos públicos;
- Suscitar participação social, interação e implicação com o meio onde vive e consigo mesmo;
- Despertar nos alunos o desejo de luta pelos interesses de cada um e do coletivo;
- Compreender os direitos e a necessidade do respeito à Pessoa com Deficiência e seu espaço garantido e reconhecido pelo social com mais esclarecimento e dignidade;
- Proporcionar aos alunos o direito de escolha da forma de representação e de seus representantes e de que forma querem escolher seus representantes;
- Desenvolver habilidades básicas de: independência, autonomia, criticidade, atenção, concentração, raciocínio, memória, leitura e escrita;
- Criar espaço onde possam colocar suas idéias, defendê-las e de se autorizarem a representar seus colegas e se preparar para isso.

## **Metodologia**

- Enfocar a necessidade de escolher um representante e de ter uma forma de organização;
- Trabalhar a história de como a sociedade busca se organizar em diferentes tempos e porquês;
- Conhecer a história do Movimento Estudantil (como começou, qual era o objetivo, a classe e interesses que representa e como ele está organizado);
- Levar os alunos a pensarem na importância de termos uma organização e o que podemos melhorar com ela. Pensar como seriam as coisas e o mundo sem uma



organização e que, como organizados, podemos contribuir com o meio onde estamos inseridos;

- Promover pesquisas: como surgiu o voto, a emancipação da mulher, as consequências do voto, lícito e ilícito, nas eleições;
- Promover a eleição e a posse dos Representantes de Turma em solenidade Cívica com discurso dos alunos.

## **Avaliação**

Será direcionada à observação na mudança de comportamento dos alunos dentro e fora da sala de aula, pois a aprendizagem só acontece quando há mudança de atitude.

### **16.3 Projeto Celebração da Consciência Negra**

#### **Justificativa**

O trabalho de educação anti-racista deve começar cedo. Na educação básica, o primeiro desafio é o entendimento da identidade. A criança e o adolescente negros precisam se ver como negros, aprender a respeitar a imagem que tem de si mesmo e ter modelos que confirmem essa expectativa.

Por isso, deve ser cuidadosa a seleção de livros didáticos e de literatura que tenham famílias negras. Se a linguagem do corpo é especialmente destacada nas séries iniciais, por que não apresentar danças africanas, jogos como capoeira e músicas, como samba e maracatu?

Em artes, pode-se trabalhar com máscaras africanas, um dos eixos de ser negro é desmistificar estereótipos da África. Os alunos podem pesquisar curiosidades como, por exemplo, a cultura da Nigéria; podem ainda questionar a realidade do negro no Brasil, partindo das imagens de Jean-Baptiste Debret (1768-1848). Tudo deve ser um contraponto, pois há muita violência contra os negros, mas o projeto visa à alegria e à majestade da cultura africana, tudo como deve ser, sem constrangimentos nem equívocos

#### **Objetivo Geral:**

\* Conscientizar, desenvolvendo experiências em áreas diversas e de forma contínua, visando uma reflexão sobre a cultura e condição do negro na atualidade.

### **Objetivos específicos**

- Valorizar a cultura negra e seus afro-descendentes e afro-brasileiros, na escola e na sociedade;
- Redescobrir a cultura negra;
- Trazer à tona, discussões provocantes, para um posicionamento mais crítico frente à realidade social em que vivemos;
- Utilizar recursos visuais da cultura afro e criar, a partir de experimentações visuais e textuais, atualizando-os de acordo com a modernidade.
- Despertar a percepção rítmica e espacial;
- Utilizar a respiração como parte do movimento corporal;
- Fortalecer a sociabilidade através da percepção de si e do outro;
- Descoberta do corpo rítmico e as diferentes formas corporais;
- Apreciação de diferentes ritmos e danças visando integração de grupos
- Apresentação da diversidade étnico-racial
- Organizar oficinas de artes, feira de artes e artesanatos e apresentações de danças afro.

### **Metodologia**

Utilização do livro didático e Estudo de alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; Exibição de vídeos (filmes e documentários): \*Navio negreiro na rota dos Orixás”, do Ministério da Educação; “Vista minha pele”, CEERT; “Chico rei”, Globo Vídeo;

Análise dos poemas de Carolina Maria de Jesus: literatura feminina negra – “Quarto de despejo”, da editora Ática;

Promover reflexões positivas de reportagens jornalísticas e textos da atualidade;

Audição, análise e ilustração de músicas de compositores atuais e antigos, como por exemplo: “O canto dos escravos”, por Clementina de Jesus; “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, pelo grupo O Rappa; “O canto da cidade, por Daniela Mercury;

“Missa de quilombos” (é o mais difícil de se encontrar, mas dá para adquirir pela Internet), por Milton Nascimento; Identidade, por Jorge Aragão, dentre outras.

Ilustrações dos trabalhos de Candido Portinari, Emiliano Di Cavalcanti, Jean-Baptiste Debret, dentre outros;

Compor coreografias afro-regg;

Promover exercícios de aquecimento e articulações do corpo voltados para a dança negra; exercícios de respiração e ritmo; Movimentos básicos da dança afro; Criação, elaboração e montagem de coreografias; Criação e confecção de figurinos e adereços; Pesquisa e discussões sobre a cultura negra; roda de capoeira.

## **Atividades**

Leitura e análise de alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, fazendo uma comparação entre o antes e o depois do tráfico negreiro e a escravidão no Brasil;

Verificação dos aspectos históricos e geográficos das linhagens vindas da África para o Brasil e também os das que percorreram o caminho inverso;

Estudos dos poemas e das músicas, fazendo releituras e transformando-os em ilustrações pedagógicas para uma mostra cultural;

Realizar pesquisas bibliográficas sobre personagens negros, de ficção e não ficção; sobre alimentação típica, doenças etc.;

Confeccionar cartazes com fotos, montagens de vídeos, reportagens, cds etc.;

Elaborar gráficos comparativos entre o Brasil e a África, envolvendo aspectos como a alimentação típica, a ocorrência de doenças etc.

## **Observação:**

A culminância do projeto ocorrerá no dia da consciência negra, 20 de novembro.

## **Avaliação**

Buscar maior participação e cidadania para os afro-brasileiros e dizer não ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial.

## **16.4 Gincana Cultural e Festa Caipira**

### **Justificativa**

Este projeto tem como finalidade a maior interação entre professor e aluno o que beneficia o processo de ensino aprendizagem, bem como visa o resgate das tradições culturais brasileiras. A presença da família é muito importante e poderá acontecer em diferentes momentos, por exemplo: na realização das tarefas da gincana, na culminância do projeto durante o último dia, auxiliando na elaboração de pratos típicos etc.

### **Objetivos Gerais**

- Resgatar as tradições histórico-culturais.

### **Objetivos específicos**

- Incentivar o desenvolvimento de manifestações sócio-educativas e culturais no âmbito escolar;
- Integrar estudantes, professores, pais e comunidade em geral e divulgar esta festividade popular, oportunizando um momento de alegria na escola
- Pesquisar as manifestações do folclore Nordestino.
- Possibilitar a criatividade e a autonomia da clientela estudantil;
- Estimular o Protagonismo juvenil e o espírito empreendedor;
- Consolidar os conhecimentos escolares;
- Estabelecer laços de companheirismo, solidariedade e união em classe;
- Fortalecer a autoestima;
- Trabalhar na linguagem corporal (movimento, ritmo, coordenação motora, etc...);
- Oferecer momentos de lazer à comunidade escolar;
- Apresentar a produção dos alunos.

### **Metodologia**

Há três anos é tradição na escola a promoção de uma gincana cultural para angariar fundos para a realização da FESTA CAIPIRA e para a festa em comemoração ao Dia do Estudante. Na gincana são realizadas provas envolvendo arrecadação de alimentos, refrigerante e material descartável que são todos revertidos sem custos para os alunos, que podem comer e beber a vontade nos dias das festas.

**1º passo:**

Definir uma equipe de organização composta por professores e equipe gestora da escola. Esta equipe será responsável por definir as tarefas, que serão distribuídas ao longo da semana, e coordenar o processo.

**2º passo:**

Definir, por turmas, as equipes de alunos que participarão da gincana. Cada grupo tem que:

- Escolher um nome, uma cor e grito de guerra;
- Definir sua caracterização durante a semana, de acordo com o tema da gincana.

**3º passo:**

Distribuição das tarefas. Abaixo:

- Ornamentação da escola para a festa caipira;
- Desfile do familiar ou do professor caipira;
- Desfile do professor caipira;
- Piada caipira contada por um professor;
- Imitação de um artista caipira;
- Prova de conhecimentos gerais sobre a tradição das Festas Juninas;
- Caracterização de um animal para desfile caipira;
- Elaboração de prato típico junino;
- Apresentação da dança da quadrilha;

**Turmas envolvidas:** todas as turmas da escola.

**Equipe envolvida:** direção, orientadora pedagógica, professores e representantes de turmas.

**Duração:** a definir.

**Recursos materiais:** materiais para ornamentação da escola, brindes para as equipes participantes, aparelhagem de som, produtos alimentícios para os dias de festa.

### **Avaliação**

O importante é observar que a comemoração dos Festejos Caipiras deve promover e divulgar o universo caipira, sertanejo, onde esta tradição está enraizada e teve sua origem, no país. Deve-se ficar atento para não enfatizar a cultura regional com uma abordagem que a trate como inferior a outras. A intenção deste projeto é justamente o oposto: demonstrar a riqueza cultural do povo brasileiro. Este enfoque pode ser observado para identificar o sucesso da realização da atividade.

### **16.5 Monitoria**

Primeiro, temos que deixar claro que não estamos falando de um protagonismo solitário, de um estudante nem de um protagonismo que acontece "de vez em quando". Falamos do protagonismo como potência de ação de uma coletividade, vinculada aos seus desafios e às necessidades de transformação. É uma atitude que não se limita ao estudante escolhendo o currículo. Sabemos que para colocar tal prática leva a empatia, o trabalho em equipe e a criatividade, elementos essenciais em nossa sociedade.

### **16.6 Cartografia**

Este projeto consiste em trabalhar com os alunos a cartografia para desenvolver a habilidade do uso de mapas. Será abordada a linguagem cartográfica, compreensão de suas convenções, entendimento das legendas e escalas, identificação das direções e com isso se descobrir a importância da compreensão dos mapas.

### **Objetivos**

- Desenvolvimento da leitura e interpretação de mapas, seus elementos básicos e fundamentais para a cartografia;
- Desenvolver a aprendizagem dos alunos no conhecimento da cartografia por meio de atividades individuais e em grupo;

- Demonstrar as diversas formas de utilização de mapas no ensino fundamental;
- Utilizar recursos como Google Maps, Waze, GPS, etc.

## 17. Apêndice I

Art. 4º Determinar ao órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, que encaminhe ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, cópia do citado parecer, após sua homologação, para a tomada das providências que julgar necessárias. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS PORTARIA Nº 128, DE 29 DE MAIO DE 2020 O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 182, inciso XVIII do Regimento Interno desta Pasta, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 42/2020-CEDF, de 28 de abril de 2020, do Conselho de Educação do Distrito Federal, aprovado em Sessão Plenária de igual data, e, ainda, o que consta no Processo nº 00080-00153075/2018-31, resolve: Art. 1º Credenciar, para a oferta da modalidade de educação a distância, a contar da data da publicação da portaria oriunda do presente parecer até 31 de dezembro de 2024, o Centro Educacional de Taguatinga – CETAG, situado na Quadra C 7, Lote 11, Loja 1, Taguatinga - Distrito Federal, mantida pelo Centro de Apoio e Preparação Educacional EIRELI, situado no mesmo endereço. Art. 2º Autorizar a oferta da educação de jovens e adultos equivalente ao ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, e ao ensino médio. Art. 3º Autorizar a oferta do Curso Técnico de Nível Médio de Técnico em Transações Imobiliárias, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, na modalidade de Educação a Distância. Art. 4º Aprovar a Proposta Pedagógica da instituição educacional, incluindo as matrizes curriculares que constituem os anexos I e II do presente parecer. Art. 5º Aprovar o Plano de Curso do Curso Técnico de Nível Médio de Técnico em Transações Imobiliárias, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, incluindo a matriz curricular que constitui anexo III do presente parecer. Art. 6º Aprovar o Regimento Escolar da instituição educacional. Art. 7º Cessar, a contar da data da publicação da portaria oriunda do presente parecer, os efeitos da Ordem de Serviço nº 68/Suplav/SEEDF, de 9 de maio de 2019. Art. 8º Determinar o registro do curso técnico de nível médio ora aprovado no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, pra fins de validade nacional. Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS PORTARIA Nº 133, DE 03 DE JUNHO DE 2020 Dispõe sobre os critérios para atuação dos profissionais em exercício nas unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal, nas atividades educacionais não presenciais, no período de pandemia pelo coronavírus. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições previstas nos incisos III e V, do Parágrafo único, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, no inciso XVI do artigo 182, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 38.631/2017, bem como nos termos das Leis nº 5.105/2013 e nº 5.106/2013, RESOLVE: Art. 1º Considerando as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do novo coronavírus decretadas pelo Governo do Distrito Federal, a atuação e a carga horária dos servidores integrantes das Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação do Distrito Federal e dos professores substitutos contratados temporariamente, bem como a reorganização das turmas e a oferta das atividades não presenciais, se dará nos termos do disposto

nesta Portaria. §1º Esta Portaria aplica-se a todos os profissionais da educação lotados e/ou em exercício nas unidades escolares, unidades escolares especializadas, escolas de natureza especial – UEs/UEEs/ENEs, bibliotecas escolares e bibliotecas escolares-comunitárias da rede pública de ensino do Distrito Federal, unidades parceiras e àqueles que atuam como formadores nos cursos de formação continuada da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação. §2º Todas as unidades administrativas e escolares da SEEDF são responsáveis, no exercício de suas competências regimentais, pela efetiva aplicação destas normas e controle de sua fiel observância. Art. 2º As atividades educacionais não presenciais estão descritas nos Planos de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal e Estratégico de Retomada das Atividades Não Presenciais da Educação Profissional e serão validadas como efetiva carga horária letiva. Art. 3º As atividades educacionais não presenciais acontecerão de forma gradativa e conforme as seguintes fases: I - Fase 1: acolhimento e formação dos profissionais da educação, e planejamento e produção das atividades não presenciais; II - Fase 2: levantamento sobre turmas/estudantes, modulação de pessoal (se necessário), produção de atividades não presenciais e formação continuada dos profissionais da educação; III - Fase 3: retorno dos estudantes de forma não presencial, produção de atividades não presenciais e formação continuada dos profissionais da educação. §1º As datas de início e término de cada fase serão definidas posteriormente, com exceção da Fase 1 que será iniciada dia 05 de junho de 2020. §2º As fases de implementação das atividades educacionais não presenciais nas UEEs que ofertam Educação Profissional serão estabelecidas individualmente, de acordo com os cursos ofertados e suas respectivas Matrizes Curriculares, conforme estabelecido no Plano Estratégico de Retomada das Atividades Não Presenciais da Educação Profissional, e autorizadas pela SUPLAV, SUBEB e SUGEP. Art. 4º Compete aos Comitês Central, Regional e Local a ampla divulgação e implementação dos Planos de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal e Estratégico de Retomada das Atividades Não Presenciais da Educação Profissional, das orientações quanto ao teletrabalho, da formação continuada dos profissionais, da produção de material impresso e da utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem. Art. 5º Para as UEEs que ofertam Educação Profissional, a operacionalização do retorno às atividades educacionais não presenciais será efetivada, após validação pela DIEP/SUBEB, do Calendário de Retomada das Atividades, seguindo as orientações estabelecidas no Plano Estratégico para Retomada das Atividades Pedagógicas Não Presenciais da Educação Profissional, para reorganização do planejamento pedagógico e administrativo da unidade. Parágrafo único. No âmbito das UEEs que ofertam Educação Profissional, inicialmente, deverá ser organizado o planejamento das atividades não presenciais, de acordo com os recursos tecnológicos e às condições de acesso dos estudantes, demonstrados no diagnóstico realizado em cada unidade. Art. 6º A SUPLAV juntamente à SUBEB e SUBIN, por meio das UNIPLATs e UNIEBs/CREs e às equipes gestoras farão levantamento prévio dos estudantes que estão em condições favoráveis para acessar os ambientes virtuais de aprendizagem e as teleaulas, e aqueles que necessitarão de material impresso e atendimento pela central, bem como levantamento dos estudantes com Deficiências, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação que necessitam de acessibilidade, complementação ou suplementação curricular. Art. 7º A SUGEP juntamente às UNIGEPs/CREs e às equipes gestoras irão realizar análise da modulação e reorganização dos professores, quando for o caso. §1º Os professores que irão produzir as teleaulas serão selecionados previamente pela SUBEB e pela SUBIN. §2º Os professores poderão, de acordo com o perfil dos estudantes e da disponibilidade de acesso às atividades não presenciais, escolher os meios de atuação previsto nos Planos de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal e Estratégico de Retomada das Atividades Não Presenciais da Educação Profissional. §3º As teleaulas e os materiais para os ambientes virtuais de aprendizagem e impressos devem ser



adaptados para os estudantes com deficiência. Art. 8º A carga horária de trabalho dos professores selecionados para produção das teleaulas será distribuída da seguinte forma: I - regência em teleaula do componente curricular da Matriz Curricular da modalidade/etapa de ensino, conforme seleção; II - mediação e acompanhamento dos estudantes pelos ambientes virtuais de aprendizagem, se necessária a complementar a carga horária do professor; III - coordenação pedagógica coletiva, por área e individual. Art. 9º Para os professores que atuarão nas teleaulas, a coordenação pedagógica será distribuída da seguinte forma: I - coordenação pedagógica coletiva com todos os professores responsáveis pela regência de teleaulas; II - coordenação pedagógica por área do conhecimento/componente curricular dos professores responsáveis pela regência de teleaulas; III - coordenação pedagógica individual, ao planejamento, pesquisa e formação continuada. Parágrafo único. Para os professores com carga horária de 20h semanais, considerarse-á os incisos I e III deste artigo. Art. 10 A carga horária de trabalho dos professores regentes para produção e/ou apoio à adequação de materiais pedagógicos para os ambientes virtuais de aprendizagem e impressos, mediadores nos ambientes virtuais de aprendizagem e/ou na central de atendimento será distribuída da seguinte forma: I - regência nos ambientes virtuais de aprendizagem do componente curricular da Matriz Curricular da modalidade/etapa de ensino; produção de material impresso de acordo com componente curricular da Matriz Curricular da modalidade/ etapa de ensino; correção do material impresso; II - mediação e acompanhamento dos estudantes pelos ambientes virtuais de aprendizagem; mediação e acompanhamento dos estudantes pela central de atendimento; III - coordenação pedagógica coletiva, por área e individual. Art. 11 Os professores regentes que estiverem atuando na produção e/ou apoio à adequação de materiais pedagógicos para os ambientes virtuais de aprendizagem e impressos, mediadores nos ambientes virtuais de aprendizagem e/ou na central de atendimento, a coordenação pedagógica será distribuída da seguinte forma: I - coordenação pedagógica coletiva com todos os professores da unidade escolar, e PÁGINA 7 Diário Oficial do Distrito Federal Nº 105, QUINTA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 2020 Documento assinado digitalmente, original em <https://www.dodf.df.gov.br> quando necessário, com os professores responsáveis pelas teleaulas; II - coordenação pedagógica por área do conhecimento/ componente curricular; III - coordenação pedagógica individual, ao planejamento, pesquisa e formação continuada. Art. 12 As atividades não presenciais a serem desempenhadas em regime de teletrabalho pelos servidores se darão conforme quadro abaixo: Pessoal Modalidade/ Etapa / Atendimento / Projeto / Programa / Unidade Resumo da forma de atuação nas atividades não presenciais Equipe Gestora Todas Escala de revezamento presencial na unidade escolar em cumprimento das atribuições regimentais. Quando não estiver presencialmente na escola deverá estar em teletrabalho. Secretaria Escolar Todas Escala de revezamento presencial na unidade escolar em cumprimento das atribuições regimentais; manutenção de turmas no i-Educar e no AVA. Coordenadores Pedagógicos Todas Responsável pelo planejamento, organização e acompanhamento dos professores na produção dos materiais pedagógicos e das aulas remotas e autorização para inserção do material produzido no AVA e a serem impressos. Professor Regente Educação Infantil Responsável pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos, das aulas remotas e das aulas em EaD. Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. O AVA será utilizado como ferramenta de diálogo com as famílias, para o compartilhamento de atividades a serem realizadas com as crianças, em seus lares. Ensino Fundamental - Anos Iniciais Responsável pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos, das aulas remotas e das aulas em EaD. Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. Para o Bloco Inicial de Alfabetização - BIA serão encaminhadas orientações específicas pela SUBEB. Ensino Fundamental - Anos Finais Ensino Médio Educação

de Jovens e Adultos Programa Educação com Movimento Centro Integrado de Educação Física Centro Interescolar de Línguas Escola do Parque da Cidade PROEM Responsável pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos, das aulas remotas e das aulas em EaD. Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. Educação Integral - EF/PROEITI (10h) e EMTI Responsável pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos, das aulas remotas e das aulas em EaD. Para a regência da base comum e das sequências didáticas os professores utilizarão as atividades pedagógicas previstas Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. As partes flexíveis que envolvam atividades coletivas e corporais serão reavaliadas para sua continuidade. Professor Regente Educação Profissional Educação a Distância Responsável pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos, das aulas remotas e das aulas em EaD. Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano Estratégico de Retomada das Atividades Não Presenciais da Educação Profissional. Será aberto processo próprio para cada UEE da Educação Profissional para avaliação das disciplinas, turmas de cada curso para análise das áreas técnicas da CRE, SUBEB e da SUGEP, quanto à possibilidade de atuação nas atividades pedagógicas. Unidade de Internação Socioeducativa Núcleo de Ensino do Sistema Prisional (CED 01 de Brasília) A forma de retorno e as atuações das atividades educativas dos estudantes privados de liberdade em medida socioeducativa e em unidades prisionais serão avaliadas e articuladas com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Vara de Execução Penal e, por fim, Secretaria de Estado de Saúde, considerando as especificidades desses atendimentos. Será emitida Circular específica, após essas articulações. Escola Meninos e Meninas do Parque As atividades pedagógicas serão de forma impressa. O acompanhamento e a avaliação das atividades pedagógicas junto aos estudantes estão sob análise das áreas competentes. Ensino Especial - Centros de Ensino Especial CEEDV EBT Classes Especiais Programa de Educação Precoce EJA Interventiva Responsável pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos, das aulas remotas e das aulas em EaD. Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. As ferramentas oficiais deverão ser acessíveis ou adaptadas aos seus estudantes. Os professores regentes deverão manter comunicação pelo AVA e/ou pela central de atendimento. A UE deverá: 1) elaborar um plano interventivo, com os profissionais envolvidos, de orientações às famílias, para o compartilhamento de atividades a serem realizadas com seus estudantes, e apontar estratégias de monitoramento, com elaboração de relatórios semanais, das atividades, considerando a realidade de cada estudante, de modo que seja garantida a continuidade dos estímulos ao desenvolvimento e aprendizagem (Currículo Funcional, processo de alfabetização ou Programa de Educação Precoce). O plano interventivo deverá ser analisado pela coordenação pedagógica, validado pela Equipe Gestora da UE e anexado na pasta individual de cada estudante; 2) organizar palestras, lives, videoconferências informativas e de orientações para os responsáveis e para os estudantes. Interagir virtualmente com o(s) professor(es) regente(s) das unidades regulares, a fim de sanar dúvidas e necessidades dos estudantes em atendimento complementar nos CEE, possibilitando ao professor a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem (CEE). PÁGINA 8 Diário Oficial do Distrito Federal Nº 105, QUINTA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 2020 Documento assinado digitalmente, original em <https://www.dodf.df.gov.br> Professor Regente Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras Programa Centro de Iniciação Desportiva Programa Centro de Iniciação Desportiva Paralímpico Centro Integrado de Educação Física - Atendimento Complementar Escolas Parque Escola Parque Anísio Teixeira Escola Parque da Natureza de Brazlândia Escola da Natureza Subprojeto Escola Aberta Esporte – Educa DF Portaria nº 29/2020 Cada modalidade/área/atuação será avaliada individualmente, por meio de processos SEI, no qual será

identificada a atuação e carga horária dos estudantes e dos profissionais. Será emitida circular conjunta com orientações para validação e avaliação da CRE/UNIEB/UNIGEP e SUBEB/ SUBIN/ SUPLAV/ SUGEP. Projeto Pedagógico (Portaria nº 271/2019) Cada projeto pedagógico será avaliado individualmente por meio de processos SEI, em que será identificada a atuação e carga horária dos estudantes e dos profissionais. Será emitida circular conjunta com orientações para validação e avaliação da CRE/UNIEB/UNIGEP e SUBEB/SUBIN/SUGEP. Professor Readaptado/Restrição Temporária/Biblioteca Escolar Professor PcD com adequação para não regência Professor Apoio (disciplina considerada extinta) Todas Professores de apoio – responsáveis pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos e das atividades pedagógicas não presenciais. Atendimento Educacional Especializado Sala de Recursos Itinerantes Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. As ferramentas oficiais deverão ser acessíveis ou adaptadas aos seus estudantes. Os professores deverão manter comunicação pelo AVA e/ou pela central de atendimento. Apoiar os professores regentes nas adequações curriculares; participar da mediação via AVA dentro da sua área de atuação; assegurar aos estudantes o acesso à atividades pedagógicas complementares, bem como produção de material em caráter complementar (no caso das salas de recursos generalistas e específicas de Surdez/Deficiência Auditiva e Deficiência Visual) e produção de material em caráter suplementar (no caso das salas de recursos específicas de Altas Habilidades/Superdotação), de acordo com as especificidades desses estudantes. Interagir virtualmente com o(s) professor(es) regente(s), a fim de sanar dúvidas e necessidades do estudante, possibilitando ao professor a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem. No caso de estudantes que não têm autonomia para o uso de ferramentas da educação mediada por tecnologia, a UE, juntamente ao professor da Sala de Recurso, deverão: 1) elaborar um plano interventivo de orientações às famílias, para o compartilhamento de atividades a serem realizadas com seus estudantes, e apontar estratégias de monitoramento, com elaboração de relatórios semanais, das atividades, considerando a realidade de cada estudante, de modo que seja garantida a continuidade dos estímulos ao desenvolvimento e aprendizagem. O plano interventivo deverá ser analisado pela coordenação pedagógica, validado pela Equipe Gestora da UE e anexado na pasta individual de cada estudante; Poderão ainda atuar em articulação com o nível intermediário nas novas demandas, no âmbito pedagógico, da Educação Especial/Inclusiva, a pedido da CRE, no caso dos itinerantes; 2) organizar palestras, lives, videoconferências informativas e de orientações para os responsáveis e para os estudantes. Intérpretes Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. As ferramentas oficiais deverão ser acessíveis ou adaptadas aos seus estudantes. Os professores deverão manter comunicação pelo AVA e/ou pela central de atendimento. Estabelecer comunicação necessária à participação efetiva do estudante no ambiente virtual de aprendizagem. Interagir virtualmente com o(s) professor(es) regente(s), a fim de sanar dúvidas e necessidades do estudante, possibilitando ao professor a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem. Tornar acessível em LIBRAS toda forma de comunicação da UE e do professor regente seja no AVA ou pela central de atendimento. Guiaintérpretes Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. As ferramentas oficiais deverão ser acessíveis ou adaptadas aos seus estudantes. Os professores deverão manter comunicação pelo AVA e/ou pela central de atendimento, além de interagir virtualmente com o(s) professor(es) regente(s), a fim de sanar dúvidas e necessidades do estudante, possibilitando ao professor a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem. A UE, juntamente ao professor guia-intérprete, deverão: 1) elaborar um plano interventivo de orientações às famílias, para o compartilhamento de atividades a serem realizadas com seus estudantes, e apontar estratégias de monitoramento, com

elaboração de relatórios semanais, das atividades, considerando a realidade de cada estudante, de modo que seja garantida a continuidade dos estímulos ao desenvolvimento e aprendizagem. O plano interventivo deverá ser analisado pela coordenação pedagógica, validado pela Equipe Gestora da UE e anexado na pasta individual de cada estudante; 2) organizar palestras, lives, videoconferências informativas e de orientações para os responsáveis e para os estudantes. PÁGINA 9 Diário Oficial do Distrito Federal Nº 105, QUINTA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 2020 Documento assinado digitalmente, original em <https://www.dodf.df.gov.br> Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem Sala de Apoio à Aprendizagem Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem - Pedagogo e Psicólogo Os servidores atuantes do SEAA estarão à disposição da unidade escolar para acolhimento e orientação de professores e estudantes, preferencialmente de maneira coletiva, e, excepcionalmente, de maneira individual, conforme Plano de Ação e Guia de Acolhimento à Comunidade Escolar no Contexto de Atividades Pedagógicas Não Presenciais. Os servidores atuantes no Serviço Especializado de Apoio a Aprendizagem – SEAA poderão preparar vídeos, formulários, realizar reuniões. Os servidores do SEAA realizarão o assessoramento e acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem, por meio de intervenções com gestores, professores e equipe pedagógica da unidade escolar. No caso específico do SAA, é previsto atendimento direto aos estudantes, por meio de videoconferência e/ou meios possíveis. Mapeamento dos estudantes e das formas de atuação. Coordenação pedagógica semanal com a CRE com escuta ativa e possíveis ações coletivas entre unidades escolares. Pedagogo Orientador Educacional Todas Serão propostos atendimentos por telefone para orientação educacional aos estudantes. Videoconferência no AVA, produção material para AVA e impressos aos estudantes, pais e/ou responsáveis. Coordenação pedagógica com toda equipe da unidade escolar. Art. 13 Os Monitores de Gestão Educacional estarão com suas atividades suspensas, tendo em vista a incompatibilidade de realização das atividades em teletrabalho, enquanto perdurarem as restrições sanitárias que limitam a presença física nos espaços educacionais e o cumprimento das atribuições legais. Art. 14 Os Agentes de Gestão Educacional, exceto os Vigilantes, poderão ser convocados pela equipe gestora, em situações específicas, tais como para limpeza e conservação das condições sanitárias, evitando, por exemplo, água parada e possíveis focos do mosquito da dengue. Parágrafo único. As equipes gestoras deverão reforçar as orientações de distanciamento entre pessoas e a utilização dos equipamentos de proteção individual e dos procedimentos de higienização, que poderão ser adquiridos com o recurso disponibilizado mensalmente pela SEEDF para fins administrativos e por meio da caixa escolar. Art. 15 Os Agentes de Gestão Educacional - Vigilância cumprirão as suas atribuições legais no ambiente escolar. Parágrafo único. Excetuam-se, considerando a decisão judicial prolatada na Ação Civil Pública nº 0702559-62.2020.8.07.0018, os servidores que se enquadram no grupo de risco do Coronavírus, conforme Circular Conjunta nº 28/2020 - SUGEP/SUPLAV. Art. 16 Os servidores que atuam nas atividades administrativas das UEs/UEEs/ENEs atuarão em teletrabalho, para o cumprimento das atribuições legais do cargo. Art. 17 A atuação dos servidores remanejados para unidades parceiras deverá ser reavaliada pela SUBEB/ SUBIN e SUGEP. Art. 18 Os servidores destinarão a totalidade de suas cargas horárias de trabalho, seja de 40 (quarenta), 30 (trinta) ou 20 (vinte) horas semanais, para a realização das atividades não presenciais. Art. 19 As atividades dos profissionais da educação em exercício nas UEs/UEEs/ENEs, nas bibliotecas escolares e bibliotecas escolares-comunitárias da rede pública de ensino do Distrito Federal e para os professores-formadores dos cursos de Formação Continuada da EAPE será dar em regime especial de teletrabalho. § 1º Considera-se teletrabalho, para fins desta Portaria, o regime de trabalho em que o servidor executa parte ou a totalidade de suas atribuições fora das dependências físicas das unidades, por meio de tecnologias de informação e comunicação. § 2º As atividades realizadas pelos servidores, no âmbito do regime de teletrabalho, deverão ser executadas, preferencialmente, no seu horário regular de trabalho. Art. 20 O

cômputo dos dias/horas trabalhados pelos servidores em teletrabalho, por atuação como regente na teleaula, como professor regente para produção de materiais para os ambientes virtuais de aprendizagem e impressos, e mediador nos ambientes virtuais de aprendizagem e/ou na central de atendimento, e como professor de apoio para produção e/ou adaptação de materiais para os ambientes virtuais de aprendizagem e impressos, ocorrerá das seguintes maneiras: I – pelo registro na folha de ponto e pelo controle de frequência feito por Relatórios de Atividades individuais, com descrição das atividades executadas diariamente, a ser apresentado semanalmente, conforme modelo a ser divulgado pela SUGEP; II - pelo acesso aos ambientes virtuais de aprendizagem, mediante emissão de planilha de controle de entradas e saídas dos usuários pelo Administrador do sistema (Subsecretaria de Inovação e Tecnologias Pedagógicas e de Gestão - SINOVA). § 1º O limite do horário de atuação no turno noturno será até às 22h. § 2º O servidor deverá autuar um único processo SEI para todo o período do teletrabalho, no qual deverão ser inseridos e assinados semanalmente seus Relatórios de Atividades, pelo próprio servidor e, em seguida, pela chefia imediata. § 3º Os relatórios de atividades dos professores regentes e de apoio serão validados/ assinados também pelo coordenador pedagógico, considerando a necessidade de acompanhamento das atividades § 4º Os relatórios de atividades dos professores regentes em teleaula serão validados/ assinados pela chefia imediata e pela EAPE. § 5º A chefia imediata elaborará o resumo das ocorrências de frequência dos servidores da respectiva UE/UEE/ENE, biblioteca, EAPE, ou unidade parceira, e encaminhará por meio do processo de frequência de cada unidade à UNIGEP/CRE ou à Diretoria de Pagamento de Pessoas - DIPAE/SUGEP, até o 5º dia útil do mês. Art. 21 Cabe aos gestores das UEs/UEEs/ENEs monitorar remotamente o desenvolvimento das atividades dos servidores da unidade, por meio do controle de horas trabalhadas. Art. 22 É dever do servidor, no retorno às atividades educacionais no teletrabalho: I - cumprir as tarefas que lhe forem designadas pela chefia imediata dentro dos prazos e requisitos estabelecidos, observados os padrões de qualidade; II - permanecer disponível para contato imediato por meio telefônico ou por qualquer outra ferramenta de comunicação remota disponível, no mesmo período em que deveria exercer suas atribuições presencialmente; III - manter-se conectado ao e-mail institucional e acessá-lo em todos os dias úteis, para garantir a efetiva comunicação com a chefia e a equipe de trabalho; IV - preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, mediante observância às normas e orientações pertinentes, sob pena de responsabilidade, nos termos da legislação em vigor; V - desenvolver suas atividades no Distrito Federal ou onde comprovadamente residir, não ausentando-se em dias de expediente, sem autorização prévia formal da chefia imediata; V - elaborar relatório semanal das atividades realizadas. Parágrafo único. As atividades deverão ser cumpridas diretamente pelo servidor, sendo vedada a sua realização por terceiros. Art. 23 É responsabilidade da equipe gestora das unidades escolares: I - planejar, coordenar e controlar a execução do Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal no âmbito da UE/UEE/ENE, em se tratando da Educação Profissional, do Plano Estratégico de Retomada das Atividades Pedagógicas Não Presenciais da Educação Profissional; II - monitorar o desempenho dos servidores no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal e, em se tratando da Educação Profissional, do Plano Estratégico de Retomada das Atividades Pedagógicas Não Presenciais da Educação Profissional; III - fornecer, sempre que demandados, dados e informações sobre o andamento do Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal na sua UE/UEE/ENE e, em se tratando da Educação Profissional, do Plano Estratégico de Retomada das Atividades Pedagógicas Não Presenciais da Educação Profissional; IV - planejar, coordenar e controlar a execução de AVA e outras ferramentas digitais, quando for o caso; V - manter atualizadas as turmas no sistema i-Educar e AVA. Art. 24 O servidor poderá utilizar os equipamentos disponíveis, para atuar presencialmente no ambiente de trabalho,

eventualmente e se necessário, nas UEs/UEEs/ENEs, Bibliotecas Escolares, Bibliotecas Escolares-Comunitárias e da EAPE para atender situações excepcionais ao regime de teletrabalho e cumprimento de suas atribuições, desde que respeitadas as medidas de segurança orientadas pela Organização Mundial da Saúde - OMS e pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SESDF, como orientações de restrição à aglomeração de pessoas, de manutenção de distanciamento mínimo, de adoção de mecanismos de profilaxia, assepsia, sanitários e de informação com relação à COVID-19. Art. 25 Os casos não previstos nesta Portaria serão dirimidos pelas Subsecretarias da SEEDF, no que couber. Art. 26 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS SECRETARIA EXECUTIVA PORTARIA Nº 131, DE 02 DE JUNHO DE 2020 Torna público, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em despesa de custeio no âmbito do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, que será descentralizado diretamente à Coordenação Regional de Ensino de Samambaia. O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, por delegação de competência, conforme Portaria nº 314, de 10 de setembro de 2019, artigo 13, inciso II, bem como nos termos da Lei Distrital nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017 e nos demais normativos que dispõem sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, resolve: Art. 1º Tornar público, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em despesa de custeio no âmbito do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, que será descentralizado diretamente à Coordenação Regional de Ensino de Samambaia. Art. 2º O recurso disponibilizado na presente portaria é oriundo de Emenda Parlamentar prevista no Programa de Trabalho 12.122.6221.9068.0195, conforme Ofício nº 7815, constantes no Sistema de Controle de Emendas Parlamentares - SISCONEP, tendo como Natureza de Despesa 335043 e será distribuído conforme o valor descrito no anexo único, tendo como objetivo atender a demanda específica das Unidades Escolares vinculadas à Coordenação Regional de Ensino. Art. 3º A Coordenação Regional de Ensino, por ocasião da execução do presente recurso, deverá autuar, no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), processo apartado à Prestação de Contas da UEx, que será inicialmente composto de: I - Portaria que descentralizou o recurso. II - Documento de aprovação da destinação dos recursos pelo Conselho Escolar, até que seja regulamentado modelo próprio. Art. 4º A transferência de recursos às CREs da rede pública do Distrito Federal tem como condição a adimplência, por parte das UEx, quanto à apresentação da prestação de contas anual dos exercícios anteriores, bem como a regularidade das prestações de contas parciais

## **18. Apêndice II**

PORTARIA Nº 133, DE 03 DE JUNHO DE 2020 Dispõe sobre os critérios para atuação dos profissionais em exercício nas unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal, nas atividades educacionais não presenciais, no período de pandemia pelo coronavírus. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições previstas nos incisos III e V, do Parágrafo único, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, no inciso XVI do artigo 182, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 38.631/2017, bem como nos termos das Leis nº 5.105/2013 e nº 5.106/2013, RESOLVE: Art. 1º Considerando as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do novo coronavírus decretadas pelo Governo do Distrito Federal, a atuação e a carga horária dos servidores integrantes das Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação do Distrito Federal e dos professores substitutos contratados temporariamente, bem como a reorganização das turmas e a oferta das atividades não presenciais, se dará nos termos do disposto nesta Portaria. §1º Esta Portaria aplica-se a todos os profissionais da educação lotados e/ou em exercício nas unidades escolares, unidades escolares especializadas, escolas de natureza especial – UEs/UEEs/ENEs,

bibliotecas escolares e bibliotecas escolares-comunitárias da rede pública de ensino do Distrito Federal, unidades parceiras e àqueles que atuam como formadores nos cursos de formação conuada da Subsecretaria de Formação Conuada dos Profissionais da Educação. §2º Todas as unidades administravas e escolares da SEEDF são responsáveis, no exercício de suas competências regimentais, pela efeva aplicação destas normas e controle de sua fiel observância. Art. 2º As avidades educacionais não presenciais estão descritas nos Planos de Gestão Estratégica para a Realização das Avidades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal e Estratégico de Retomada das Avidades Não Presenciais da Educação Profissional e serão validadas como efeva carga horária leva. Art. 3º As avidades educacionais não presenciais acontecerão de forma gradava e conforme as seguintes fases: I - Fase 1: acolhimento e formação dos profissionais da educação, e planejamento e produção das avidades não presenciais; II - Fase 2: levantamento sobre turmas/estudantes, modulação de pessoal (se necessário), produção de avidades não presenciais e formação conuada dos profissionais da educação; III - Fase 3: retorno dos estudantes de forma não presencial, produção de avidades não presenciais e formação conuada dos profissionais da educação. §1º As datas de início e término de cada fase serão definidas posteriormente, com exceção da Fase 1 que será iniciada dia 05 de junho de 2020. §2º As fases de implementação das avidades educacionais não presenciais nas UEEs que ofertam Educação Profissional serão estabelecidas individualmente, de acordo com os cursos ofertados e suas respecvas Matrizes Curriculares, conforme estabelecido no Plano Estratégico de Retomada das Avidades Não Presenciais da Educação Profissional, e autorizadas pela SUPLAV, SUBEB e SUGEP. Art. 4º Compete aos Comitês Central, Regional e Local a ampla divulgação e implementação dos Planos de Gestão Estratégica para a Realização das Avidades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal 03/06/2020 SEI/GDF - 41262766 - Portaria [https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=47884175&infra\\_sistema=10000...](https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=47884175&infra_sistema=10000...) 2/13 e Estratégico de Retomada das Avidades Não Presenciais da Educação Profissional, das orientações quanto ao teletrabalho, da formação conuada dos profissionais, da produção de material impresso e da ulização dos ambientes virtuais de aprendizagem. Art. 5º Para as UEEs que ofertam Educação Profissional, a operacionalização do retorno às avidades educacionais não presenciais será efevada, após validação pela DIEP/SUBEB, do Calendário de Retomada das Avidades, seguindo as orientações estabelecidas no Plano Estratégico para Retomada das Avidades Pedagógicas Não Presenciais da Educação Profissional, para reorganização do planejamento pedagógico e administrativo da unidade. Parágrafo único. No âmbito das UEEs que ofertam Educação Profissional, inicialmente, deverá ser organizado o planejamento das avidades não presenciais, de acordo com os recursos tecnológicos e às condições de acesso dos estudantes, demonstrados no diagnósco realizado em cada unidade. Art. 6º A SUPLAV juntamente à SUBEB e SUBIN, por meio das UNIPLATs e UNIEBs/CREs e às equipes gestoras farão levantamento prévio dos estudantes que estão em condições favoráveis para acessar os ambientes virtuais de aprendizagem e as teleaulas, e aqueles que necessitarão de material impresso e atendimento pela central, bem como levantamento dos estudantes com Deficiências, Transtorno do Espectro Austa e Altas Habilidades/Superdotação que necessitam de acessibilidade, complementação ou suplementação curricular. Art. 7º A SUGEP juntamente às UNIGEPs/CREs e às equipes gestoras irão realizar análise da modulação e reorganização dos professores, quando for o caso. §1º Os professores que irão produzir as teleaulas serão selecionados previamente pela SUBEB e pela SUBIN. §2º Os professores poderão, de acordo com o perfil dos estudantes e da disponibilidade de acesso às avidades não presenciais, escolher os meios de atuação previsto nos Planos de Gestão Estratégica para a Realização das Avidades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal e Estratégico de Retomada das Avidades Não Presenciais da Educação Profissional. §3º As teleaulas e os materiais para os ambientes virtuais de aprendizagem e impressos devem ser adaptados para os estudantes com deficiência. Art. 8º A carga horária de

trabalho dos professores selecionados para produção das teleaulas será distribuída da seguinte forma: I - regência em teleaula do componente curricular da Matriz Curricular da modalidade/etapa de ensino, conforme seleção; II - mediação e acompanhamento dos estudantes pelos ambientes virtuais de aprendizagem, se necessária a complementar a carga horária do professor; III - coordenação pedagógica coletiva, por área e individual. Art. 9º Para os professores que atuarão nas teleaulas, a coordenação pedagógica será distribuída da seguinte forma: I - coordenação pedagógica coletiva com todos os professores responsáveis pela regência de teleaulas; II - coordenação pedagógica por área do conhecimento/componente curricular dos professores responsáveis pela regência de teleaulas; III - coordenação pedagógica individual, ao planejamento, pesquisa e formação continuada. Parágrafo único. Para os professores com carga horária de 20h semanais, considerar-se-á os incisos I e III deste artigo. Art. 10 A carga horária de trabalho dos professores regentes para produção e/ou apoio à adequação de materiais pedagógicos para os ambientes virtuais de aprendizagem e impressos, mediadores nos ambientes virtuais de aprendizagem e/ou na central de atendimento será distribuída da seguinte forma: I - regência nos ambientes virtuais de aprendizagem do componente curricular da Matriz Curricular da modalidade/etapa de ensino; produção de material impresso de acordo com componente curricular da modalidade/etapa de ensino; correção do material impresso; II - mediação e acompanhamento dos estudantes pelos ambientes virtuais de aprendizagem; mediação e acompanhamento dos estudantes pela central de atendimento; III - coordenação pedagógica coletiva, por área e individual. Art. 11 Os professores regentes que esverem atuando na produção e/ou apoio à adequação de materiais pedagógicos para os ambientes virtuais de aprendizagem e impressos, mediadores nos ambientes virtuais de aprendizagem e/ou na central de atendimento, a coordenação pedagógica será distribuída da seguinte forma: I - coordenação pedagógica coletiva com todos os professores da unidade escolar, e quando necessário, com os professores responsáveis pelas teleaulas; II - coordenação pedagógica por área do conhecimento/ componente curricular; III - coordenação pedagógica individual, ao planejamento, pesquisa e formação continuada. Art. 12 As atividades não presenciais a serem desempenhadas em regime de teletrabalho pelos servidores se darão conforme quadro abaixo: Pessoal Modalidade/ Etapa / Atendimento / Projeto / Programa / Unidade Resumo da forma de atuação nas atividades não presenciais Equipe Gestora Todas Escala de revezamento presencial na unidade escolar em cumprimento das atribuições regimentais. Quando não estiver presencialmente na escola deverá estar em teletrabalho. Secretaria Escolar Todas Escala de revezamento presencial na unidade escolar em cumprimento das atribuições regimentais; manutenção de turmas no i-Educar e no AVA. Coordenadores Pedagógicos Todas Responsável pelo planejamento, organização e acompanhamento dos professores na produção dos materiais pedagógicos e das aulas remotas e autorização para inserção do material produzido no AVA e a serem impressos. Professor Regente Educação Infantil Responsável pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos, das aulas remotas e das aulas em EaD. Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. O AVA será utilizado como ferramenta de diálogo com as famílias, para o compartilhamento de materiais pedagógicos e das aulas remotas e das aulas em EaD. Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. Para o Bloco



Inicial de Alfabetização - BIA serão encaminhadas orientações específicas pela SUBEB. Ensino Fundamental - Anos Finais Ensino Médio Educação de Jovens e Adultos Programa Educação com Movimento Centro Integrado de Educação Física Centro Interescolar de Línguas Escola do Parque da Cidade PROEM Responsável pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos, das aulas remotas e das aulas em EaD. Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. Educação Integral - EF/PROEITI (10h) e EMTI Responsável pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos, das aulas remotas e das aulas em EaD. 03/06/2020 SEI/GDF - 41262766 - Portaria [https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=47884175&infra\\_sistema=10000...](https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=47884175&infra_sistema=10000...) 5/13 Para a regência da base comum e das sequências didáticas os professores utilizarão as atividades pedagógicas previstas Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. As partes flexíveis que envolvam atividades coletivas e corporais serão reavaliadas para sua continuidade. Educação Profissional Educação a Distância Responsável pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos, das aulas remotas e das aulas em EaD. Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano Estratégico de Retomada das Atividades Não Presenciais da Educação Profissional. Será aberto processo próprio para cada UEE da Educação Profissional para avaliação das disciplinas, turmas de cada curso para análise das áreas técnicas da CRE, SUBEB e da SUGEP, quanto à possibilidade de atuação nas atividades pedagógicas. Unidade de Internação Socioeducativa Núcleo de Ensino do Sistema Prisional (CED 01 de Brasília) A forma de retorno e as atuações das atividades educativas dos estudantes privados de liberdade em medida socioeducativa e em unidades prisionais serão avaliadas e articuladas com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Vara de Execução Penal e, por fim, Secretaria de Estado de Saúde, considerando as especificidades desses atendimentos. Será emitida Circular específica, após essas articulações. Escola Meninos e Meninas do Parque As atividades pedagógicas serão de forma impressa. O acompanhamento e a avaliação das atividades pedagógicas junto aos estudantes estão sob análise das áreas competentes. Ensino Especial - Responsável pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos, das aulas remotas e das aulas em EaD. 03/06/2020 SEI/GDF - 41262766 - Portaria [https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=47884175&infra\\_sistema=10000...](https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=47884175&infra_sistema=10000...) 6/13 Centros de Ensino Especial CEEDV EBT Classes Especiais Programa de Educação Precoce EJA Interventiva Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. As ferramentas oficiais deverão ser acessíveis ou adaptadas aos seus estudantes. Os professores regentes deverão manter comunicação pelo AVA e/ou pela central de atendimento. A UE deverá: 1) elaborar um plano interventivo, com os profissionais envolvidos, de orientações às famílias, para o compartilhamento de atividades a serem realizadas com seus estudantes, e apontar estratégias de monitoramento, com elaboração de relatórios semanais, das atividades, considerando a realidade de cada estudante, de modo que seja garantida a continuidade dos estímulos ao desenvolvimento e aprendizagem (Currículo Funcional, processo de alfabetização ou Programa de Educação Precoce). O plano interventivo deverá ser analisado pela coordenação pedagógica, validado pela Equipe Gestora da UE e anexado na pasta individual de cada estudante; 2) organizar palestras, lives, videoconferências informativas e de orientações para os responsáveis e para os estudantes. Interagir virtualmente com o(s) professor(es) regente(s) das unidades regulares, a fim de sanar dúvidas e necessidades dos estudantes em atendimento complementar nos CEE, possibilitando ao professor a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem (CEE). Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras

Programa Centro de Iniciação Desportiva Programa Centro de Iniciação Desportiva Cada modalidade/área/atuação será avaliada individualmente, por meio de processos SEI, no qual será identificada a atuação e carga horária dos estudantes e dos profissionais. Será emitida circular conjunta com orientações para validação e avaliação da CRE/UNIEB/UNIGEP e SUBEB/ SUBIN/ SUPLAV/ SUGEP. 03/06/2020 SEI/GDF - 41262766 - Portaria

[https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=47884175&infra\\_sistema=10000...](https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=47884175&infra_sistema=10000...) 7/13 Paralímpico Centro Integrado de Educação Física - Atendimento Complementar Escolas Parque Escola Parque Anísio Teixeira Escola Parque da Natureza de Brazlândia Escola da Natureza Subprojeto Escola Aberta Esporte – Educa DF Portaria nº 29/2020 Projeto Pedagógico (Portaria nº 271/2019) Cada projeto pedagógico será avaliado individualmente por meio de processos SEI, em que será identificada a atuação e carga horária dos estudantes e dos profissionais. Será emitida circular conjunta com orientações para validação e avaliação da CRE/UNIEB/UNIGEP e SUBEB/SUBIN/SUGEP. Professor Readaptado/Restrição Temporária/Biblioteca Escolar Todas Professores de apoio – responsáveis pela produção e/ou adaptação de materiais pedagógicos e das atividades pedagógicas não presenciais. 03/06/2020 SEI/GDF - 41262766 - Portaria

[https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=47884175&infra\\_sistema=10000...](https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=47884175&infra_sistema=10000...) 8/13 Professor PcD com adequação para não regência Professor Apoio (disciplina considerada extinta) Atendimento Educacional Especializado Sala de Recursos Itinerantes Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. As ferramentas oficiais deverão ser acessíveis ou adaptadas aos seus estudantes. Os professores deverão manter comunicação pelo AVA e/ou pela central de atendimento. Apoiar os professores regentes nas adequações curriculares; participar da mediação via AVA dentro da sua área de atuação; assegurar aos estudantes o acesso à atividades pedagógicas complementares, bem como produção de material em caráter complementar (no caso das salas de recursos generalistas e específicas de Surdez/Deficiência Auditiva e Deficiência Visual) e produção de material em caráter suplementar (no caso das salas de recursos específicas de Altas Habilidades/Superdotação), de acordo com as especificidades desses estudantes. Interagir virtualmente com o(s) professor(es) regente(s), a fim de sanar dúvidas e necessidades do estudante, possibilitando ao professor a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem. No caso de estudantes que não têm autonomia para o uso de ferramentas da educação mediada por tecnologia, a UE, juntamente ao professor da Sala de Recurso, deverão: 1) elaborar um plano interventivo de orientações às famílias, para o compartilhamento de atividades a serem realizadas com seus estudantes, e apontar estratégias de monitoramento, com elaboração de relatórios semanais, das atividades, considerando a realidade de cada estudante, de modo que seja garantida a continuidade dos estímulos ao desenvolvimento e aprendizagem. O plano interventivo deverá ser analisado pela 03/06/2020 SEI/GDF - 41262766 - Portaria

[https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=47884175&infra\\_sistema=10000...](https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=47884175&infra_sistema=10000...) 9/13 coordenação pedagógica, validado pela Equipe Gestora da UE e anexado na pasta individual de cada estudante; Poderão ainda atuar em articulação com o nível intermediário nas novas demandas, no âmbito pedagógico, da Educação Especial/Inclusiva, a pedido da CRE, no caso dos itinerantes; 2) organizar palestras, lives, videoconferências informativas e de orientações para os responsáveis e para os estudantes. Intérpretes Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. As ferramentas oficiais deverão ser acessíveis ou adaptadas aos seus estudantes. Os professores deverão manter comunicação pelo AVA e/ou pela central de atendimento. Estabelecer comunicação necessária à participação

efetiva do estudante no ambiente virtual de aprendizagem. Interagir virtualmente com o(s) professor(es) regente(s), a fim de sanar dúvidas e necessidades do estudante, possibilitando ao professor a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem. Tornar acessível em LIBRAS toda forma de comunicação da UE e do professor regente seja no AVA ou pela central de atendimento. Guia-intérpretes Serão utilizadas as atividades pedagógicas previstas no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal. As ferramentas oficiais deverão ser acessíveis ou adaptadas aos seus estudantes. Os professores deverão manter comunicação pelo AVA e/ou pela central de atendimento, além de interagir virtualmente com o(s) professor(es) regente(s), a fim de sanar dúvidas e necessidades do estudante, possibilitando ao professor a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem. 03/06/2020 SEI/GDF - 41262766 - Portaria

[https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=47884175&infra\\_sistema=1000...](https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=47884175&infra_sistema=1000...) 10/13 A UE, juntamente ao professor guia-intérprete, deverão: 1) elaborar um plano interventivo de orientações às famílias, para o compartilhamento de atividades a serem realizadas com seus estudantes, e apontar estratégias de monitoramento, com elaboração de relatórios semanais, das atividades, considerando a realidade de cada estudante, de modo que seja garantida a continuidade dos estímulos ao desenvolvimento e aprendizagem. O plano interventivo deverá ser analisado pela coordenação pedagógica, validado pela Equipe Gestora da UE e anexado na pasta individual de cada estudante; 2) organizar palestras, lives, videoconferências informativas e de orientações para os responsáveis e para os estudantes. Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem Sala de Apoio à Aprendizagem Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem - Pedagogo e Psicólogo Os servidores atuantes do SEAA estarão à disposição da unidade escolar para acolhimento e orientação de professores e estudantes, preferencialmente de maneira coletiva, e, excepcionalmente, de maneira individual, conforme Plano de Ação e Guia de Acolhimento à Comunidade Escolar no Contexto de Atividades Pedagógicas Não Presenciais. Os servidores atuantes no Serviço Especializado de Apoio a Aprendizagem – SEAA poderão preparar vídeos, formulários, realizar reuniões. Os servidores do SEAA realizarão o assessoramento e acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem, por meio de intervenções com gestores, professores e equipe pedagógica da unidade escolar. No caso específico do SAA, é previsto atendimento direto aos estudantes, por meio de videoconferência e/ou meios possíveis. Mapeamento dos estudantes e das formas de atuação. Coordenação pedagógica semanal com a CRE com escuta ativa e possíveis ações coletivas entre unidades escolares. 03/06/2020 SEI/GDF - 41262766 - Portaria

[https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=47884175&infra\\_sistema=1000...](https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=47884175&infra_sistema=1000...) 11/13 Pedagogo-Orientador Educacional Todas Serão propostos atendimentos por telefone para orientação educacional aos estudantes. Videoconferência no AVA, produção material para AVA e impressos aos estudantes, pais e/ou responsáveis. Coordenação pedagógica com toda equipe da unidade escolar. Art. 13 Os Monitores de Gestão Educacional estarão com suas atividades suspensas, tendo em vista a incompatibilidade de realização das atividades em teletrabalho, enquanto perdurarem as restrições sanitárias que limitam a presença física nos espaços educacionais e o cumprimento das atribuições legais. Art. 14 Os Agentes de Gestão Educacional, exceto os Vigilantes, poderão ser convocados pela equipe gestora, em situações específicas, tais como para limpeza e conservação das condições sanitárias, evitando, por exemplo, água parada e possíveis focos do mosquito da dengue. Parágrafo único. As equipes gestoras deverão reforçar as orientações de distanciamento entre pessoas e a utilização dos equipamentos de proteção individual e dos procedimentos de higienização, que poderão ser adquiridos com o recurso disponibilizado mensalmente pela SEEDF para fins administrativos e por meio da caixa escolar. Art. 15 Os Agentes de Gestão

Educacional - Vigilância cumprirão as suas atribuições legais no ambiente escolar. Parágrafo único. Excetuam-se, considerando a decisão judicial prolatada na Ação Civil Pública nº 0702559-62.2020.8.07.0018, os servidores que se enquadram no grupo de risco do Coronavírus, conforme Circular Conjunta nº 28/2020 - SUGEP/SUPLAV. Art. 16 Os servidores que atuam nas atividades administrativas das UEs/UEEs/ENEs atuarão em teletrabalho, para o cumprimento das atribuições legais do cargo. Art. 17 A atuação dos servidores remanejados para unidades parceiras deverá ser reavaliada pela SUBEB/ SUBIN e SUGEP. Art. 18 Os servidores desmarcarão a totalidade de suas cargas horárias de trabalho, seja de 40 (quarenta), 30 (trinta) ou 20 (vinte) horas semanais, para a realização das atividades não presenciais. Art. 19 As atividades dos profissionais da educação em exercício nas UEs/UEEs/ENEs, nas bibliotecas escolares e bibliotecas escolares-comunitárias da rede pública de ensino do Distrito Federal e para os professores-formadores dos cursos de Formação Continuada da EAPE será dada em regime especial de teletrabalho. § 1º Considera-se teletrabalho, para fins desta Portaria, o regime de trabalho em que o servidor executa parte ou a totalidade de suas atribuições fora das dependências físicas das unidades, por meio de tecnologias de informação e comunicação. § 2º As atividades realizadas pelos servidores, no âmbito do regime de teletrabalho, deverão ser executadas, preferencialmente, no seu horário regular de trabalho. Art. 20 O cômputo dos dias/horas trabalhados pelos servidores em teletrabalho, por atuação como regente na teleaula, como professor regente para produção de materiais para os ambientes virtuais de aprendizagem e impressos, e mediador nos ambientes virtuais de aprendizagem e/ou na central de atendimento, e como professor de apoio para produção e/ou adaptação de materiais para os ambientes virtuais de aprendizagem e impressos, ocorrerá das seguintes maneiras: I – pelo registro na folha de ponto e pelo controle de frequência feito por Relatórios de Atividades individuais, com descrição das atividades executadas diariamente, a ser apresentado semanalmente, conforme modelo a ser divulgado pela SUGEP; 03/06/2020 SEI/GDF - - 41262766 - - Portaria [https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=47884175&infra\\_sistema=1000...](https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=47884175&infra_sistema=1000...) 12/13 II - pelo acesso aos ambientes virtuais de aprendizagem, mediante emissão de planilha de controle de entradas e saídas dos usuários pelo Administrador do sistema (Subsecretaria de Inovação e Tecnologias Pedagógicas e de Gestão - SINOVA). § 1º O limite do horário de atuação no turno noturno será até às 22h. § 2º O servidor deverá autuar um único processo SEI para todo o período do teletrabalho, no qual deverão ser inseridos e assinados semanalmente seus Relatórios de Atividades, pelo próprio servidor e, em seguida, pela chefia imediata. § 3º Os relatórios de atividades dos professores regentes e de apoio serão validados/ assinados também pelo coordenador pedagógico, considerando a necessidade de acompanhamento das atividades § 4º Os relatórios de atividades dos professores regentes em teleaula serão validados/ assinados pela chefia imediata e pela EAPE. § 5º A chefia imediata elaborará o resumo das ocorrências de frequência dos servidores da respectiva UE/UEE/ENE, biblioteca, EAPE, ou unidade parceira, e encaminhará por meio do processo de frequência de cada unidade à UNIGEP/CRE ou à Diretoria de Pagamento de Pessoas - DIPAE/SUGEP, até o 5º dia útil do mês. Art. 21 Cabe aos gestores das UEs/UEEs/ENEs monitorar remotamente o desenvolvimento das atividades dos servidores da unidade, por meio do controle de horas trabalhadas. Art. 22 É dever do servidor, no retorno às atividades educacionais no teletrabalho: I - cumprir as tarefas que lhe forem designadas pela chefia imediata dentro dos prazos e requisitos estabelecidos, observados os padrões de qualidade; II - permanecer disponível para contato imediato por meio telefônico ou por qualquer outra ferramenta de comunicação remota disponível, no mesmo período em que deveria exercer suas atribuições presencialmente; III - manter-se conectado ao e-mail institucional e acessá-lo em todos os dias úteis, para garantir a efetiva comunicação com a chefia e a equipe de trabalho; IV - preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, mediante observância às normas e orientações pertinentes, sob pena de

responsabilidade, nos termos da legislação em vigor; V - desenvolver suas atividades no Distrito Federal ou onde comprovadamente residir, não ausentando-se em dias de expediente, sem autorização prévia formal da chefia imediata; V - elaborar relatório semanal das atividades realizadas. Parágrafo único. As atividades deverão ser cumpridas diretamente pelo servidor, sendo vedada a sua realização por terceiros. Art. 23 É responsabilidade da equipe gestora das unidades escolares: I - planejar, coordenar e controlar a execução do Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal no âmbito da UE/UEE/ENE, em se tratando da Educação Profissional, do Plano Estratégico de Retomada das Atividades Pedagógicas Não Presenciais da Educação Profissional; II - monitorar o desempenho dos servidores no Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal e, em se tratando da Educação Profissional, do Plano Estratégico de Retomada das Atividades Pedagógicas Não Presenciais da Educação Profissional; III - fornecer, sempre que demandados, dados e informações sobre o andamento do Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Distrito Federal na sua UE/UEE/ENE e, em se tratando da Educação Profissional, do Plano Estratégico de Retomada das Atividades Pedagógicas Não Presenciais da Educação Profissional; IV - planejar, coordenar e controlar a execução de AVA e outras ferramentas digitais, quando for o caso; V - manter atualizadas as turmas no sistema i-Educar e AVA. 03/06/2020 SEI/GDF - 41262766 - Portaria [https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=47884175&infra\\_sistema=1000...](https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=47884175&infra_sistema=1000...) 13/13 Art. 24 O servidor poderá utilizar os equipamentos disponíveis, para atuar presencialmente no ambiente de trabalho, eventualmente e se necessário, nas UEs/UEEs/ENEs, Bibliotecas Escolares, Bibliotecas Escolares-Comunitárias e da EAPE para atender situações excepcionais ao regime de teletrabalho e cumprimento de suas atribuições, desde que respeitadas as medidas de segurança orientadas pela Organização Mundial da Saúde - OMS e pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SESDF, como orientações de restrição à aglomeração de pessoas, de manutenção de distanciamento mínimo, de adoção de mecanismos de profilaxia, assepsia, sanitários e de informação com relação à COVID-19. Art. 25 Os casos não previstos nesta Portaria serão dirimidos pelas Subsecretarias da SEEDF, no que couber. Art. 26 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## 1. Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1998): atualizada até a Emenda Constitucional nº. 53, de 19-12-2006, São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). In: \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Ensino Médio, Brasília: MEC, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas: relatório final, Rio de Janeiro - São Paulo: IBASE – Pólis, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Gestão Compartilhada: Lei nº 4.036/2007, SEEDF: Brasília, 2007.

Fonte: <http://www.cintiabarreto.com.br/didatica/generostextuais2.shtml>

Fonte: <http://www.soartigos.com/artigo/7151/PRODUCAO-DE-TEXTOS-NAS-SERIES-INICIAIS-DO-ENSINO-FUNDAMENTAL/>

DIONÍSIO, Angela Paiva, MACHADO; Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento do Distrito Federal, Ensino Fundamental, Anos Finais. 2ª Edição. Brasília: 2018.

Fonte: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/03/14/coronavirus-gdf-decreta-suspensao-de-aulas-por-mais-15-dias/>